

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

JOSÉ HORNHELTHOW LUCAS DA SILVA

**FORMAÇÃO TERRITORIAL E GEOGRAFIA HISTÓRICA DE
SÃO JOÃO DO CARIRI: NOTAS JURÍDICAS E POLÍTICAS.**

SÃO JOÃO DO CARIRI

2019

JOSÉ HORNYHELTHOW LUCAS DA SILVA

**FORMAÇÃO TERRITORIAL E GEOGRAFIA HISTÓRICA DE
SÃO JOÃO DO CARIRI: NOTAS JURÍDICAS E POLÍTICAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza.

SÃO JOÃO DO CARIRI

2019

S586f

Silva, José Hornyhelthow Lucas da.

Formação Territorial e Geografia Histórica de São João do Cariri:
Notas Jurídicas e Políticas / José Hornyhelthow Lucas da Silva. –
Campina Grande, 2019.

84 f. : il. color.

Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação: Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza".

Referências.

1. Geografia Histórica – São João do Cariri. 2. Freguesia de Nossa
Senhora dos Milagres. 3. Cariri Paraibano. 4. Política Local. 5. Festa de
Padroeira. I. Souza, Thiago Romeu de. II. Título.

CDU 911.3:94(813.3)(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA

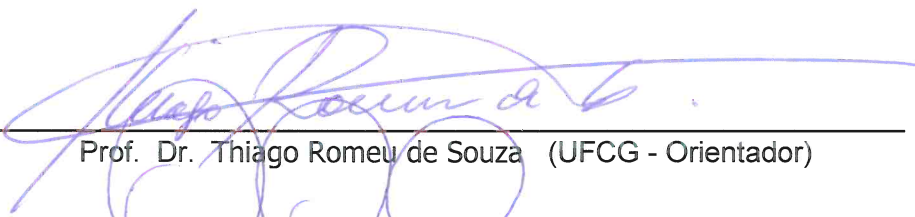
FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA DE: **José Hornyhelthow Lucas da Silva**

TÍTULO: **Formação Territorial e Geografia Histórica de São João do Cariri:
Notas Jurídicas e Políticas**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Campina Grande (PB), 19 de junho de 2019



Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza (UFCG - Orientador)



Prof. Dr. Daniel Duarte Pereira (MEMBRO EXTERNO)



Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira de Carvalho (MEMBRO INTERNO)

“Porque dele, por ele e para ele são todas as coisas. A ele seja a glória para sempre! Amém.”

- Romanos 11.36

“O que darei eu ao Senhor por todos os seus benefícios?”

- Salmos 116.12

DEDICATÓRIA

In Memoriam:

- Ao meu pai, Ornilton Lourenço da Silva,
*“Eu vivo os dias de hoje e em ti o passado
lembra, pois naquela mesa tá faltando ele
e a saudade dele tá doendo em mim.”*

- Ao meu avô, Inácio Lucas Mateus,
“O meu velho indivisível, avohai!”

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é uma tarefa tão simples. Agradecer expressa os sentimentos mais íntimos e sinceros. A princípio, agradeço de todo meu coração, alma e entendimento ao Deus Eterno, Criador de tudo e de todos, por permitir que eu chegasse a esse momento ímpar em minha vida; por ter me capacitado e concedido sabedoria e entendimento para estudar. A Ele seja toda honra, glória e louvor!

A minha mãe, Dona Ana Lúcia Lucas da Silva, mulher de sem igual! Minha guerreira e batalhadora. Sempre me incentivou aos estudos e que nunca mediu esforços para que eu chegasse a esse momento. Agradeço a senhora, mainha, por todo o seu amor, carinho, cuidado, zelo e por suas orações. Te amo mainha! Essa conquista também é sua.

Sou grato a minha esposa, Dona Claudiana Barros, por seu amor, paciência, incentivo. Lembro-me das vezes que cheguei em casa cansado, meio que desmotivado e você sempre me encorajando, dando-me animo, dizendo: “Se esforce um pouco mais! Tenha paciência! Você está perto de terminar e irá vencer!”. “Nêga”, como te chamo carinhosamente, te amo! Muito obrigado por estar comigo. Essa conquista também é sua!

A fonte de inspiração terrena: minha filha, Ana Elisa Barros Lucas. Por você passei noites estudando. Por você, que é a força motriz de minha vida e a razão de todas as noites que estive na UFCG estudando para te dar um futuro melhor. Te amo!

Aos meus familiares e amigos que me incentivaram e deram-me animo. Aos meus avós paternos, Ornilo e Geralda Lourenço; aos meus avós maternos, Inácio e Nercina Lucas, ambos *in memoriam*. Aos meus colegas do curso, muito obrigado por cada aprendizado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Thiago Romeu. Muito obrigado pela paciência, aprendizado e por orientar-me. Obrigado por cada palavra, conselho e pelos encontros que foram edificantes. Pessoa a qual me espelho como futuro professor. Que Deus te Abençoe!

Aos professores da Unidade Acadêmica de Geografia – Lincoln, Zenon, Sergio Malta, Sergio Murilo, Luiz Eugênio, Xisto Júnior, Thiago Romeu, Débora,

Kátia, Sonia, Janaína, Marta Priscila, muito obrigado pelos ensinamentos. Que o Bom Deus vos abençoe!

Aos meus primeiros professores, desde os maternal, passando pelo Fundamental I e II e chegando ao ensino médio. Muito obrigado pelo ensino!

Ao Seminário Diocesano São João Maria Vianney, em especial a pessoa do Pe. João Jorge Rietveld, que muito me auxiliou concedendo alguns livros que foram essenciais na construção deste trabalho de conclusão de curso. Estendo gratidão à Biblioteca Central da UFCG, em especial as bibliotecárias Maristela Sousa e Elizabeth Paz.

À Elisa, com carinho!

RESUMO

A Geografia Histórica é uma ramificação da Geografia Humana que lida com as análises estabelecidas entre homem e natureza ao longo da História e do espaço-tempo. Nesta perspectiva, apresentam possibilidades para análises, características, evoluções e produções dos espaços que surgem como dimensões constituintes das práticas humanas, permitindo nesse processo o surgimento das sociedades. No presente trabalho, analisaremos o espaço geográfico que favoreceu o surgimento do município de São João do Cariri, que em seu processo de formação inicial floresce em um ponto estratégico localizado as margens do Rio Taperoá. Consideraremos a importância da implantação da primeira Igreja Católica nos Cariris Velhos da Paraíba e que resultou no seu desenvolvimento territorial. O município em estudo abrangia 1/3 do atual território da Paraíba, sendo um dos mais importantes centros político e administrativo do Estado. Dele procederam muitas das cidades que formam os Cariris paraibanos e outras microrregiões. Da Travessia de Nossa Senhora dos Milagres em São João do Cariri nasceram boa parte das igrejas e Paróquias que formam a Diocese de Campina Grande. Observaremos nesse trabalho os processos de ascensão, decréscimo e qual elemento subsiste como resultante do seu passado histórico que é a sua tradicional Festividade de seu Orago.

Palavras-Chaves: Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres; Cariri Paraibano; Política Local; Festa de Padroeira.

ABSTRACT

Historical Geography is a branch of Human Geography that deals with the analyzes established between man and nature throughout history and space-time. In this perspective, they present possibilities for analyzes, characteristics, evolutions and productions of the spaces that appear as constitutive dimensions of human practices, allowing in this process the emergence of societies. In the present work, we will analyze the geographic space that favored the emergence of the municipality of São João do Cariri, which in its initial formation process flourishes in a strategic point located on the banks of the Taperoá River. We will consider the importance of the implantation of the first Catholic Church in the Cariris Velhos of Paraíba and that resulted in its territorial development. The municipality under study comprised 1/3 of the current territory of Paraíba, being one of the most important political and administrative centers of the State. From it came many of the cities that form the Cariris of Paraíba and other microregions. From the Crossing of Our Lady of Miracles in St. John of Cariri were born many of the churches and parishes that form the Diocese of Campina Grande. We will observe in this work the processes of ascension, decrease and which element subsists as a result of its historical past which is its traditional Festivity of its Orago.

Keywords: Parish of Nossa Senhora dos Milagres; Cariri Paraibano; Local Politics; Patroness Party.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

F.N.S.M.: Freguesia de Nossa Senhor dos Milagres;

IGBE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IHGC: Instituto Histórico e Geográfico do Cariri Paraibano;

N.S.C.: Nossa Senhora da Conceição;

N.S.M.: Nossa Senhora dos Milagres;

SILB: Sesmarias do Império Luso-Brasileiro;

V.R.S.J.C.: Villa Real de São João do Cariri.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação territorial do Cariri Histórico.....	15
Figura 2: Recorte do Cariri Geográfico.....	15
Figura 3: Localização geográfica do município de São João do Cariri.....	17
Figura 4: Caminho percorrido pelos colonizadores nas entradas do Cariri e Sertão paraibano.....	22
Figura 5: Localização dos sítios da Zona Rural de São João do Cariri.....	23
Figura 6: Síntese da Sub-bacia do Rio Taperoá.....	26
Figura 7: Saída dos Jesuítas de Mucuitu à São João do Cariri.....	29
Figura 8: Rio Taperoá.....	30
Figura 9: Localização da confluência do Riacho Namorado com o Rio Taperoá.....	30
Figura 10: Recorte territorial da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.....	33
Figura 11: Representação do local onde ocorreu o confronto entre os indígenas Sucurús e a entrada de Teodósio de Oliveira Ledo.....	35
Figura 12: Limite territorial da Villa Real de São João, Séc. XIX.....	41
Figura 13: Mapa da Província da Paraíba, Séc. XIX.....	43
Figura 14: Comarcas da Província da Paraíba, Séc. XIX.....	45
Figura 15: Distritos que formavam o Município de São João do Cariri.....	49
Figura 16: Açude Namorado.....	56
Figura 17: Casa da família Brito.....	56
Figura 18: Casa da família Gaudêncio.....	57
Figura 19: Santuário Diocesano de Nossa Senhora dos Milagres.....	63
Figura 20: Algumas das paróquias que surgiram da Igreja de N.S. dos Milagres.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Parorama da F.N.S.M em 1774.....	33
Tabela 2: Evolução da F.N.S.M. após a criação do Julgado do Cariri de Fora	38
Tabela 3: Número de escravizados na V.R.S.J.C.	45
Tabela 4: Leis Estadual e criação das cidades	49
Tabela 5: Quadro comparativo populacional de São João do Cariri e Serra Branca.....	60
Tabela 6: Capelas que pertenciam a Paróquia de N.S.M	64

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. SÍNTESE SÓCIO-ECONÔMICA DA FORMAÇÃO INICIAL DA PARAÍBA	18
2.1. BREVE DESCRIÇÃO DO INÍCIO DA COLONIZAÇÃO DO LITORAL PARAIBANO E A CONQUISTA E EXPANSÃO DO INTERIOR	18
2.2 PRINCÍPIO DA FORMAÇÃO DE SÃO JOÃO DO CARIRI: POVOADO DE TRAVESSIA	20
2.3 DO POVOADO DE TRAVESSIA À TRAVESSIA DOS QUATROS CAMINHOS ..	26
2.4 A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES	28
2.5 CRIAÇÃO DO JULGADO DOS CARIRIS DE FORA.....	36
2.5 A VILLA REAL DE SÃO JOÃO DO CARIRI	38
2.6 A COMARCA DE SÃO JOÃO DO CARIRI.....	44
3. SÃO JOÃO DO CARIRI NO PERÍODO REPUBLICANO.....	48
3.1 O PANORAMA NO INÍCIO DO SÉC. XX.....	48
3.2 O SURGIMENTO DAS OLIGARQUIAS	51
3.3 OS BRITOS E OS GAUDÊNCIOS	52
4. O LEGADO RELIGIOSO EM SÃO JOÃO DO CARIRI	62
4.1 A FESTA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71
APÊNDICE.....	75

1. INTRODUÇÃO

Na construção de um trabalho geohistórico, existem várias possibilidades de compreender o presente tendo em vista de como foi o processo da construção do espaço em tempos de outrora. Da mesma forma que apresenta possibilidades, demonstram também suas dificuldades. As dificuldades devem ser compreendidas no que diz respeito aos fatores enfrentados por aqueles que foram os pioneiros nesse processo de construção e quais os motivos e necessidades que os impulsionaram. Esses desafios também se concentram em torno das fontes de informações, onde boa parte se perdem pelo descuido dos em se preservar a memória historiografada, onde o pesquisador encontra seus entraves na pesquisa, quando pretende narrar os fatos. Com isso reforço as questões das possibilidades que o pesquisador tem em reconstruir esse caminho. Assim, é impossível falar do surgimento da(s) sociedade(s) sem falar do espaço.

A escolha do tema deste trabalho não se deu aleatoriamente, mas nasceu norteada sobre os estudos da Geografia Histórica. Rui Erthal (2003) nos diz que o processo evolutivo da Geografia privilegiou determinadas temáticas, a saber: o território, o espaço, a região e a paisagem, que mantém fortes ligações entre si e, muitas vezes, dificultam a separação dessas temáticas, na qual cada uma dessas categorias passaram a constituir um dado período histórico. A História procurou narrar os fatos mediante o tempo, enquanto que a Geografia narra esses fatos nas transformações do espaço. Para explicar essas questões, a Geografia Histórica utiliza do método denominado corte-transversal, pois se trata do estudo do espaço num dado momento do tempo (ERTHAL, 2003, passim).

O espaço geográfico surge como dimensão constituinte das práticas humanas que permitem o processo do surgimento das sociedades. De acordo com Dozena e Dantas (2016), os grupos humanos se apropriam do espaço para construí-lo, ou seja, o espaço é uma produto da transformação do homem. Uma das funções da Geografia, além de compreender, é de explicar quais os fatores que convergiram no processo dessa formação, tendo em vista quais foram as necessidades materiais ou simbólicas dos grupos construtores desse espaço.

Na tradição popular, tem-se um ditado que nos diz que “*toda caminhada começa com o primeiro passo*”. Essa questão é que impulsiona a construir e elaborar uma pesquisa em meio a incógnitas que permeiam o nosso entendimento e

surtem das necessidades à uma reflexão sobre as formas de como o espaço é e foi produzido, tendo em vista de que toda civilização tem sua maneira de produzir e construir a sua história, de construir e produzir o seu espaço.

Parafraseando Elisée Reclus, “*a História é a Geografia do Tempo, assim como a Geografia é a História do Espaço*”. Espaço e Tempo são inseparáveis, assim como a História e a Geografia, ambas são co-irmãs. Partindo desse ponto de vista, inquietou-me a descrever os processos de formação do município de São João do Cariri, cidade do interior paraibano, com a alcunha da Cidade-Mãe do Cariri, devido a seus aspectos históricos, geográficos, políticos e eclesiásticos que favoreceram para tal.

A sua importância parte do pressuposto de que foi um local estratégico para as entradas dos Sertões da Paraíba e povoamento do interior do estado, tendo em vista que no momento em questão, por volta do Séc. XVII, os núcleos de povoamento se davam na região da agromanufatura açucareira, ou seja, no Litoral. A presença portuguesa aparece por volta do séc. XVII e que não introduziram somente um novo sistema econômico em meio aos desafios dos escassos meios climáticos e edáficos do Semiárido paraibano; introduziram também uma nova religião - o catolicismo, e uma nova forma de organização e produção espacial.

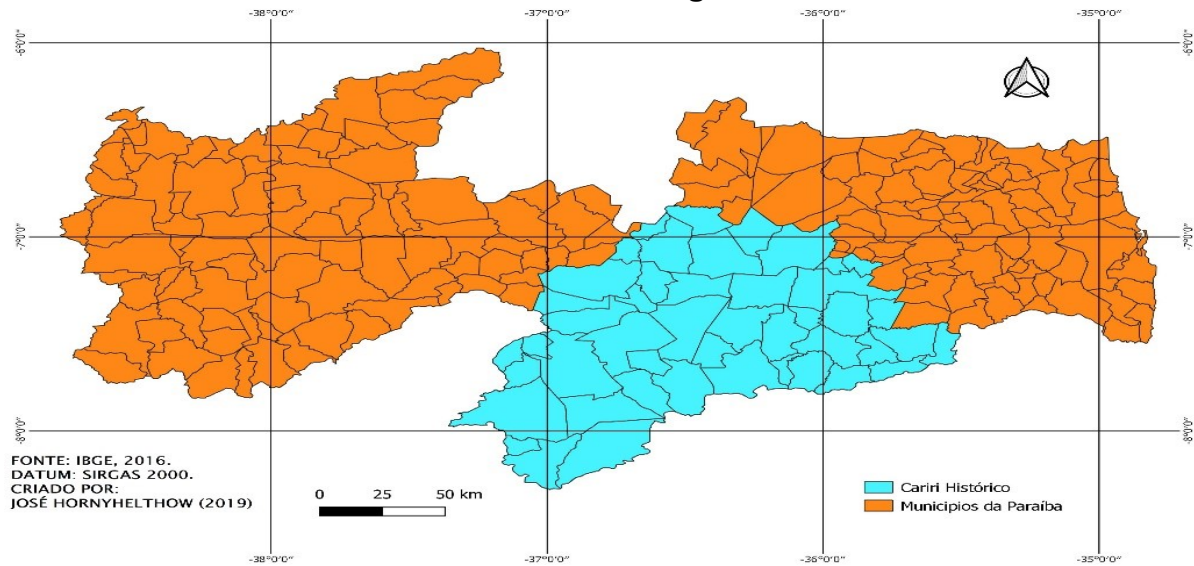
Como os pequenos municípios do interior do Nordeste brasileiro, a realidade de São João do Cariri não é diferente dos demais. A sua economia (IBGE, 2017) gira em torno do comércio local, aposentadorias, serviços, produção agropecuária e da indústria (produção de cerâmicas - tijolos e telhas). O município que outrora compreendia cerca de 1/3 do atual Estado da Paraíba, hoje encontra-se com seu limite territorial restrito à 653 km² (IBGE, 2018). Atualmente não consta com nenhum centro de formação técnica ou superior, apenas o ensino básico, sendo que outrora acolhia um dos primeiros Colégios secundaristas do interior da Paraíba no Séc. XIX.

Por ser um dos primeiros aglomerados urbanos do interior paraibano, o interesse em produzir este trabalho surge com o propósito de contextualizar e responder às questões que levaram a ascensão e ao declínio da importância político-econômica da cidade, ao mesmo tempo em que se propõe responder qual elemento que permanece como resquício de sua história. Este trabalho estudará a formação do município de São João do Cariri a partir dos conhecimentos das primeiras cartas de sesmarias de que se trata este recorte geográfico.

Este trabalho tem por objetivo geral compreender os motivos pelos quais foram determinantes para o desenvolvimento geo-histórico do município de São João do Cariri, que no primeiro século de sua formação se mostrava promissor e que na atualidade apresenta-se como um município de pouca relevância político-econômica. Com base no objetivo geral, este trabalho tem como objetivos específicos analisar e compreender a importância geo-histórica do município de São João do Cariri no contexto da formação territorial do Cariri paraibano, bem como os processos que levaram a redução da relevância territorial deste município, que com sua força e expressão política foi capaz de governar cerca de 1/3 do território paraibano e por fim, demonstrar que a festa da padroeira permanece como um resquício e testemunho do auge político-econômico que deteve antes, refletindo no processo de formação da identidade simbólica-religiosa do caririense, em especial nos são-joãoenses.

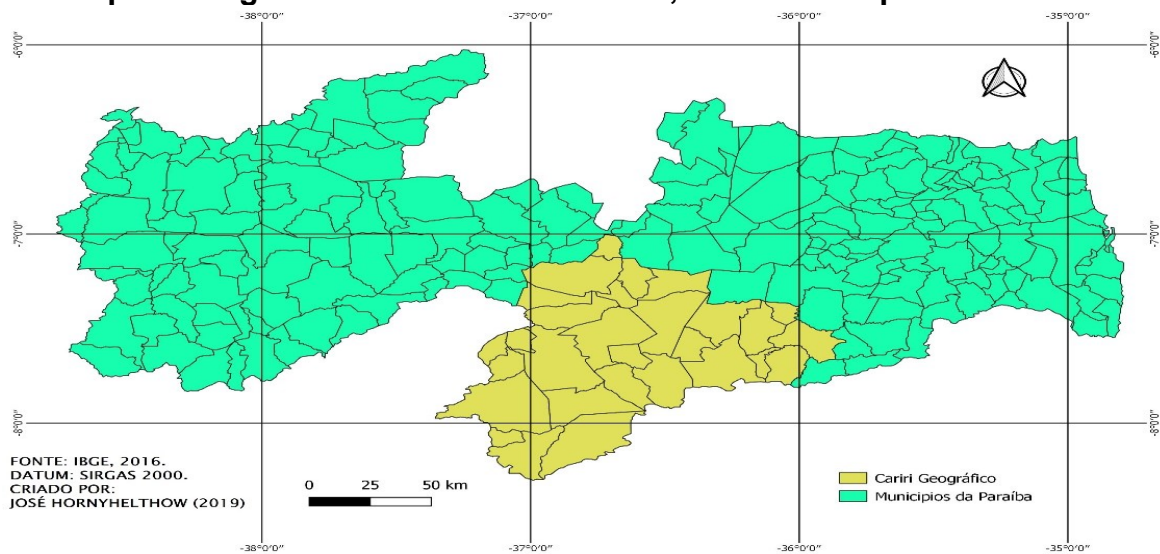
Como justificativa, esse trabalho nasce na necessidade de análise sobre os processos da formação territorial e simbólica do município de São João do Cariri que refletiu no Cariri paraibano e boa parte do território paraibano. Nesse processo, veremos que passou pelos três períodos políticos distintos da história do Brasil: Colônia, Império e República. Veremos que os tempos “áureos” do referido município ocorrem na segunda metade do Séc. XVIII e no Séc. XIX. Ao mesmo tempo que se destaca por seus aspectos político-econômicos, aos poucos vai perdendo seus termos à medida que outros povoamentos surgem. Porém, a perda territorial a princípio, não significou a derrocada do município, mas proporcionou de certa forma uma melhor administração territorial. A partir de então veremos que São João do Cariri começou a decrescer territorialmente, limitando-se antes da nova divisão geográfica do Brasil (IBGE, 2017), a mesorregião Cariri Paraibano. Em termos territoriais, o Cariri histórico (que era formado pelos atuais municípios que antes formavam o território da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres) era bem maior que o Cariri geográfico.

Figura 1: Representação territorial do Cariri Histórico. Este recorte compreende o que antes era conhecido por mesorregiões do Cariri, Seridó, partes do Curimataú e Agreste da Paraíba. Este tipo de regionalização não é mais atual. Atualmente usa-se os termos “Região Intermediária ou Imediata”.



Fonte: IHGC, 2019. Adaptado por José Hornyhelthow (2019)

Figura 2: Recorte do Cariri Geográfico (IBGE, 2016). Atualmente é formado pelas Regiões Imediatas de Monteiro, Sumé e Campina Grande



Fonte: AESA Shapefiles, 2016. Adaptado por José Hornyhelthow (2019).

No período republicano brasileiro São João do Cariri foi elevada à categoria de cidade em 1921. Associado ao início desse período é necessário mencionar a presença marcante das oligarquias regionais representadas por duas famílias influente no Cariri – Brito e Gaudêncio, sendo a partir de São João do Cariri o local em que essas oligarquias exerciam sua influência política sobre algumas da região.

A partir dessas informações, observaremos que o poder político exercido por essas famílias resultaram em um dos fatores determinantes para o decréscimo econômico do município, pois estas oligarquias viviam numa “gangorra de poder” e não desempenharam uma política para o desenvolvimento da cidade.

Iremos constatar qual o resquício que sobrevive na historiografia observada na construção desse trabalho, no qual menciono a tradicional festa de padroeira da cidade – Nossa Senhora dos Milagres. O fato de destacar essa manifestação religiosa em São João do Cariri é que esta surge como espécie de testemunho da história do município. Essa festividade, que ocorre precisamente no mês de setembro, conhecida na região do Cariri como a Festa de Setembro, demonstra a hegemonia simbólica/religiosa que a cidade teve em meio as demais, devido ao seu passado histórico e como cidade que exerceu forte influência política no Cariri paraibano. Logo, o simbolismo religioso-cultural persiste como marca na subjetividade do caririzeiro e, em especial, do povo são-joãense.

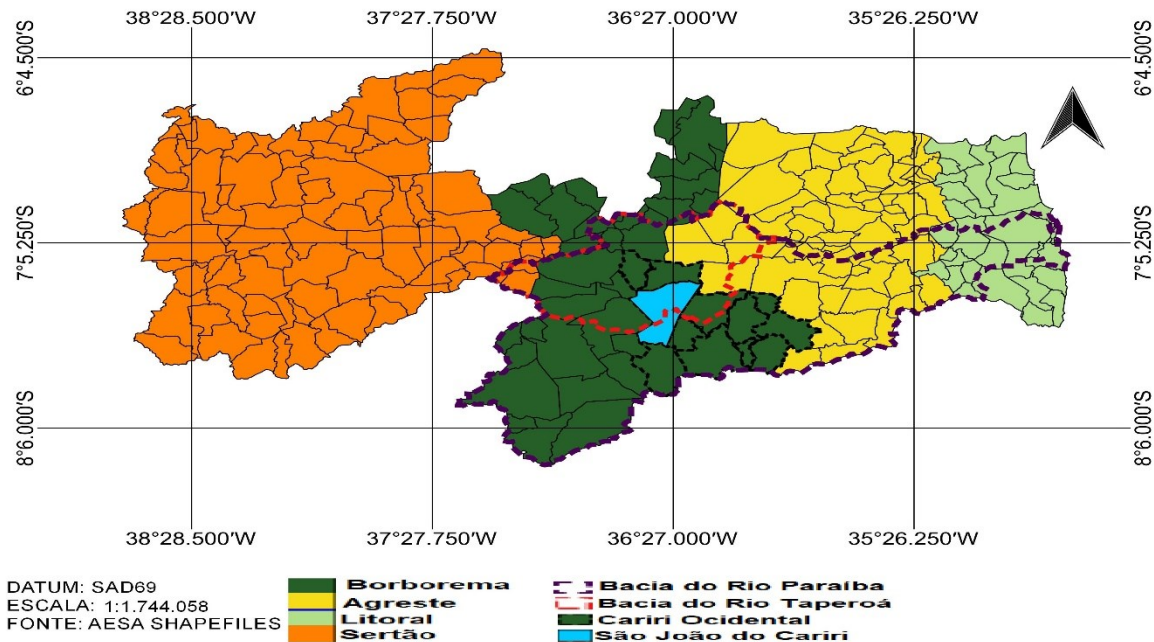
Por sua relevância histórica no Cariri, abriga a sede do Instituto Histórico-Geográfico Artístico e Literário do Cariri Paraibano, localizado no antigo solar da família árabe Haya, que também é a Biblioteca Municipal – Casa de José de Leal Ramos. De São João do Cariri, emergiram médicos, doutores, advogados, escritores, políticos.

Nas considerações finais, apresento de maneira geral as nuances que o município de São João do Cariri passou ao longo da história, suas conquistas, perdas e legado deixado por esse passado expressivo. Ressalto também a relevância da tradicional festividade do orago local e a sua relação com a sacralidade do espaço. As informações contidas nesse trabalho podem contribuir para novos caminhos e pesquisas na Geografia.

“A ciência nunca resolve um problema sem criar pelo menos outros dez”. Essa frase é atribuída ao dramaturgo irlandês George Bernard Shaw. Interpreto essa frase no sentido de que uma pesquisa sempre gera outra: sempre deixa as portas abertas para que outras incógnitas surjam e necessite de novos saberes.

Tratando-se de uma pesquisa com fins histórico-geográficos, a metodologia proposta *“a priori”* teve a necessidade de criar um banco com dados bibliográficos pertinente à historiografia do Cariri paraibano, dando maior atenção àqueles que relatam sobre São João do Cariri e consultas de outras fontes que tratem da História da Formação do Território da Paraíba e História da Igreja Católica na Paraíba.

Figura 3: Localização geográfica do município de São João do Cariri, que está inserida na Microrregião da Borborema, Mesorregião do Cariri Oriental, na Sub-bacia Hidrográfica do Rio Taperoá, Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Norte.



Fonte: AESA Shapefiles, 2019. Adaptador por: José Hornyhelthow (2019).

Como o presente trabalho também aborda questões sobre o espaço do sagrado, os escritos de Zeny Rosendahl (2006, 2018), tiveram grande importância. Menciono seus estudos em relação ao simbolismo da religião em face da utilização do espaço e do território, que surgem como dimensões para execução desse simbolismo. Outra importante fonte nessa pesquisa são os estudos sobre espaço e tempo de Dozena e Dantas (2016), que são de grande relevância na construção dessa monografia. A presente pesquisa também dialoga com trabalhos de historiadores que contribuíram para o resgate historiográfico do Cariri paraibano, em especial aos capítulos que detalham e descrevem São João do Cariri, a saber: Rietveld (2012, 2015, 2016), Moreira (2012), Cavalcante (2015), Rocha e Guimarães (2018), Leal (1991), Monteiro (2016), Medeiros (1989, 1991) e Pequeno Filho (2015), não se limitando somente a estas.

Outras ações adotadas na produção desse trabalho foi a ida na Secretária Paroquial do Santuário Diocesano de Nossa Senhora dos Milagres e no Seminário Diocesano São João Maria Vianney, contando ainda com auxílio fotográfico e adaptações de mapas para uma melhor contribuição na visualização do espaço e território que é transcrito nesse trabalho.

2. SÍNTESE SÓCIO-ECONÔMICA DA FORMAÇÃO INICIAL DA PARAÍBA

Neste capítulo, para uma melhor compreensão de como se deu a formação territorial de São João do Cariri é necessário realizar um recorte na história da formação territorial inicial do Brasil e em especial à ocupação da Paraíba. O atual território paraibano nesse período correspondia as capitanias do Rio Grande e Itamaracá. A Capitania de Itamaracá passou a pertencer territorialmente à Província do Pernambuco. No início de sua colonização europeia, o litoral paraibano era destino a produção agromanufatureira do açúcar. A Capitania Real da Paraíba, surgida a partir do Massacre de Tracunhaém e foi a única capitania governamental do Período Colonial brasileiro, que passou a ser governada diretamente pela Corte, sendo criada nos fins do Séc. XVI, que coincide com a colonização da Capitânia de Itamaracá.

2.1. BREVE DESCRIÇÃO DO INÍCIO DA COLONIZAÇÃO DO LITORAL PARAIBANO E A CONQUISTA E EXPANSÃO DO INTERIOR

É sabido que os portugueses numa expedição liderada por Pedro Alvares Cabral, chegaram nas terras hoje conhecidas como Brasil em 22 de abril de 1500. Antes dessa data, devemos levar em conta que os europeus, principalmente os da Península Ibérica, tinham conhecimento das terras de além-mar.

A constatação para isso são os documentos conhecidos por Bula Inter Coetera¹ (1493) e o Tratado de Tordesilhas² (1494). Após a Bula Inter Coetera e o Tratado de Tordesilhas, que regulamentavam as questões de territórios conquistados, surgiu a política de ocupação das terras recém conquistadas, onde o objetivo seria que os novos territórios não saíssem da posse portuguesa, tendo em vistas que outros estados europeus, a exemplo da Espanha, França, Holanda,

¹ Bula editada pelo Papa Alexandre VI, que apaziguava as relações entre Portugal e Espanha sobre a disputa das novas terras (re)descobertas. A princípio, esse limite passava a 100 léguas a oeste de Cabo Verde. Entretanto, Portugal reclamou alegando que “receberia apenas águas”. Entende-se que Portugal tinha conhecimento de terras a oeste. Contornando essa situação, o papa retifica a bula e aumenta o limite para 360 léguas a oeste de Cabo Verde.

² Tratado celebrado entre a coroa portuguesa (Rei D. João II) e os reis católicos da Espanha (Fernando e Isabel). O que se tem por trás desse tratado é muito mais que uma simples divisão de terras: foi uma estratégia geopolítica em que Portugal via nas novas terras a oportunidade de expansão do reino e o ensejo de encontrar metais preciosos.

também tinham interesses na conquista de novas terras de além-mar. Isso não se deu por acaso ou simplesmente motivadas por “espírito aventureiro”.

No momento em questão houve um conjunto de práticas econômicas conhecida por mercantilismo, em que a necessidade de novas rotas comerciais marítimas, expansão do comércio e a procura recorrente de metais preciosos para acumulação de riquezas dariam início às grandes navegações europeias.

Após a chegada nos territórios que hoje conhecemos por Brasil, a ocupação do espaço por portugueses ocorreu por meio da divisão do território em Capitania Hereditárias. As Capitania eram divididas em lotes de terras cedida à um colono, não somente com o intuito de ocupar, mas com o objetivo de explorar as novas terras, relatando possíveis riquezas minerais e expandindo o território português. Vale destacar que o donatário era o responsável pela manutenção da capitania:

Como a herança privilegiava o primeiro filho, a ocupação da Paraíba constituía um horizonte interessante para os não-primogênitos e, de forma geral, para os indivíduos ligados às elites, mas que não eram, eles mesmos, proprietários de terras à custa da participação nas guerras de conquista, eles poderiam sê-lo.

(Gonçalves, 2007, apud CARVALHO, 2008:24).

A finalidade da formação da nova capitania não era apenas o de ocupar por ocupar. Tem-se em vista a conjuntura da época: a necessidade de novas terras que atendessem as demandas da logística açucareira, onde esse seria um dos objetivos, conforme nos informa Carvalho:

Na ocupação da Capitania da Paraíba, uma vez conseguida a posse da pequena área onde se estabeleceu a Cidade (João Pessoa), ocorre através de dois mecanismos básicos: a guerra contra os índios, implicando na tomada de suas terras e na sua dizimação ou redução aos aldeamentos e a distribuição da terra tomada por meio de sesmarias, como mercê pela participação na guerra. Esses processos se materializam na tríade aldeamento-engenho-fortificação.

(CARVALHO, 2008:26. Grifo nosso).

Entretanto, esses não foram os fatores que determinaram a criação da Capitania da Paraíba. Como mencionado no início deste capítulo, a criação da Capitania Real da Paraíba também está associada ao Massacre do Engenho de Tracunhaém. A Corte Portuguesa ficou alarmada com os acontecimentos, o que levou o rei D. Sebastião a separar a Paraíba da Capitania de Itamaracá, elevando-a à categoria de Capitania Real da Paraíba, passando então a ser administrada diretamente pela Corte, que tirara para si todas as vantagens. O Decreto Real criando a Capitania Real da Paraíba foi editado, possivelmente em janeiro de 1574.

Esta foi a terceira Capitania Real do Brasil, sendo a primeira, a da Bahia e a segunda do Rio de Janeiro. As terras da nova Capitania tinham os seus limites desde a foz do rio Popoia até a Baía da Traição (ALBUQUERQUE, 2011).

No Litoral foi onde se desenvolveu a região açucareira, primeiras vilas, fortificações e engenhos. A construção das fortificações ocorre de maneira estratégica, planejando conter as ameaças de invasão francesa. Segundo Carvalho (2008), os franceses “mantinham feitorias e relações próximas com os indígenas em vários pontos do litoral”. Assim, entendemos que os pontos de povoação nas proximidades litorâneas serviam de portas de acesso às novas terras e que a necessidade da construção de fortes ergueu-se de maneira preventiva: controlando o litoral controlava-se o restante da capitânia.

No período em que se deu a expulsão holandesa, por volta do ano de 1654, várias sesmarias foram doadas àqueles que participaram desta feita como forma de retribuição por atuarem nas batalhas. Mesmo com a expulsão holandesa o Ciclo Açucareiro não decaiu: aumentava o número de áreas que eram destinadas à produção agromanufatureira do açúcar, ficando poucas áreas para pastagens do gado e a parcela que não se destinava aos engenhos destinava-se a agricultura de subsistência, que supria as necessidades das povoações do Litoral.

A expansão da agromanufatura açucareira impossibilitava espaços para o pastoreio do gado. Este fator foi um dos que determinaram a interiorização dos territórios da Capitania Real da Paraíba, que não servia apenas para as demandas que estavam surgindo no Litoral, mas servia também como conhecimento geográfico territorial da Capitania. A partir desse contexto, da necessidade de ocupação do interior, que nasceu povoações e vilas que posteriormente deram origem às cidades. São João do Cariri, objeto de estudo neste trabalho, é um dos exemplos a ser citado.

2.2 PRINCÍPIO DA FORMAÇÃO DE SÃO JOÃO DO CARIRI: POVOADO DE TRAVESSIA

Em uma pesquisa realizada na Plataforma SILB³ (Sesmarias do Império Luso-Brasileiro), encontramos a informação de que Custódio Alves Martins,

³ Disponível em <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/>>. Para uma melhor visualização dessa informação, acessar <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/sesmaria/PB%200018>>. Acesso em 29 de mar. de 2019.

justificando à Coroa Portuguesa o motivo pela qual alegava o requerimento das novas terras diz que “*era descobridor das terras localizada na ribeira do Rio Paraíba, com risco de vida por causa dos índios e que o mesmo possuía gado*”. No mesmo requerimento, encontramos também as seguintes informações *ipsis litteris*:

Nas cartas de concessão da Capitania da Paraíba não consta a data do requerimento. O suplicante entrou pelo sertão com pessoas que levou em sua companhia. Dentre essas havia uma pessoa prática, devido ao receio de toparem com o gentio bravo, por serem terras aonde, até então, nenhum branco jamais estivera.

Compreendemos o termo ‘pessoa prática’ como um possível indígena familiarizado com o desbravador Custódio Alves Martins e como intermediador no tocante ao diálogo entre as duas culturas (indígena e portuguesa). Já o termo ‘sertão’, segundo Antônio Filho (2011), seria todo o território interiorano, desconhecido e despovoado pelo colono português, sendo uma abreviação da palavra “desertão”.

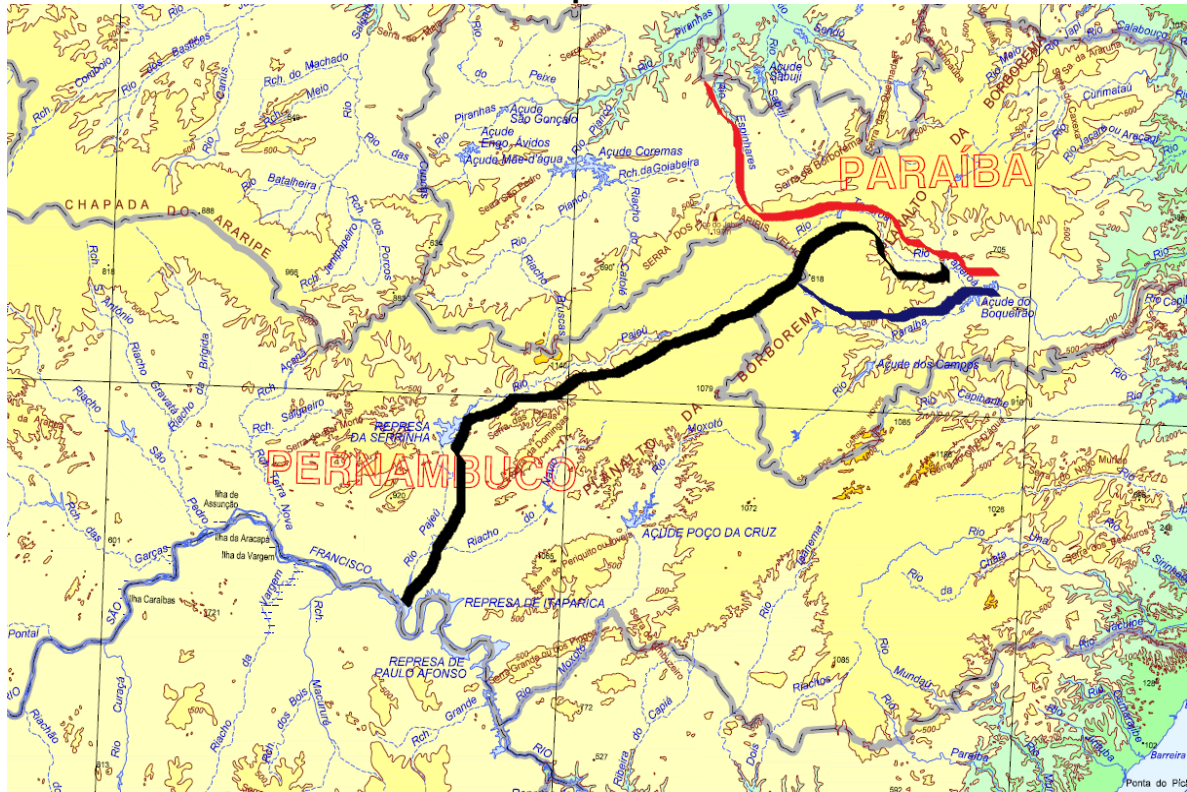
Custódio Alves Martins, nesse requerimento, utilizou como respaldo para solicitação da Sesmaria o Quarto Livro das Ordenações Filipinas, Título 43⁴ que se refere as Sesmarias⁵, como exigência à Coroa Portuguesa. Esta Sesmaria foi solicitada em 17 de Novembro de 1699, sendo a concessão confirmada pelo Rei Pedro II de Portugal, em 22 de Março de 1702. Era a Sesmaria de Nº 19, tendo 1,0 légua de comprimento por 3,0 léguas de largura (PEREIRA, 2008).

Entretanto, mesmo sendo o beneficiário da sesmaria é duvidoso afirmar que, de fato, Custódio Alves Martins teria sido o desbravador do que hoje conhecemos por São João do Cariri, tendo em vista que na carta da sesmaria de 1699 alega estar estabelecido junto ao Sítio São João, localizado à margem do rio Paraíba, mais precisamente na área territorial que hoje estão localizado os municípios de Prata e Ouro Velho, Cariri Ocidental da Paraíba. Todavia o Rio Paraíba não banha a cercania de São João do Cariri e sim o Rio Travessia (hoje, Taperoá).

⁴ Ordenações Filipinas: reunião de documentos que foram consecutivos à reestruturação ao código manuelino (Legislação Portuguesa de 1512-1603), com o consentimento de Felipe II da Espanha (Filipe I de Portugal).

⁵ Sobre esta informação, **Das Sesmarias**. Consultar <<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/>>. Deve-se escolher a opção “Livro IV, Título XLIII”. Para uma melhor visualização, acessar: <<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/l4p822.htm>>, páginas 822-827. Acesso em 01 de abr. de 2019. Projeto desenvolvido pela Universidade de Coimbra.

Figura 4: Caminho percorrido pelos colonizadores nas entradas do Cariri e Sertão paraibano.

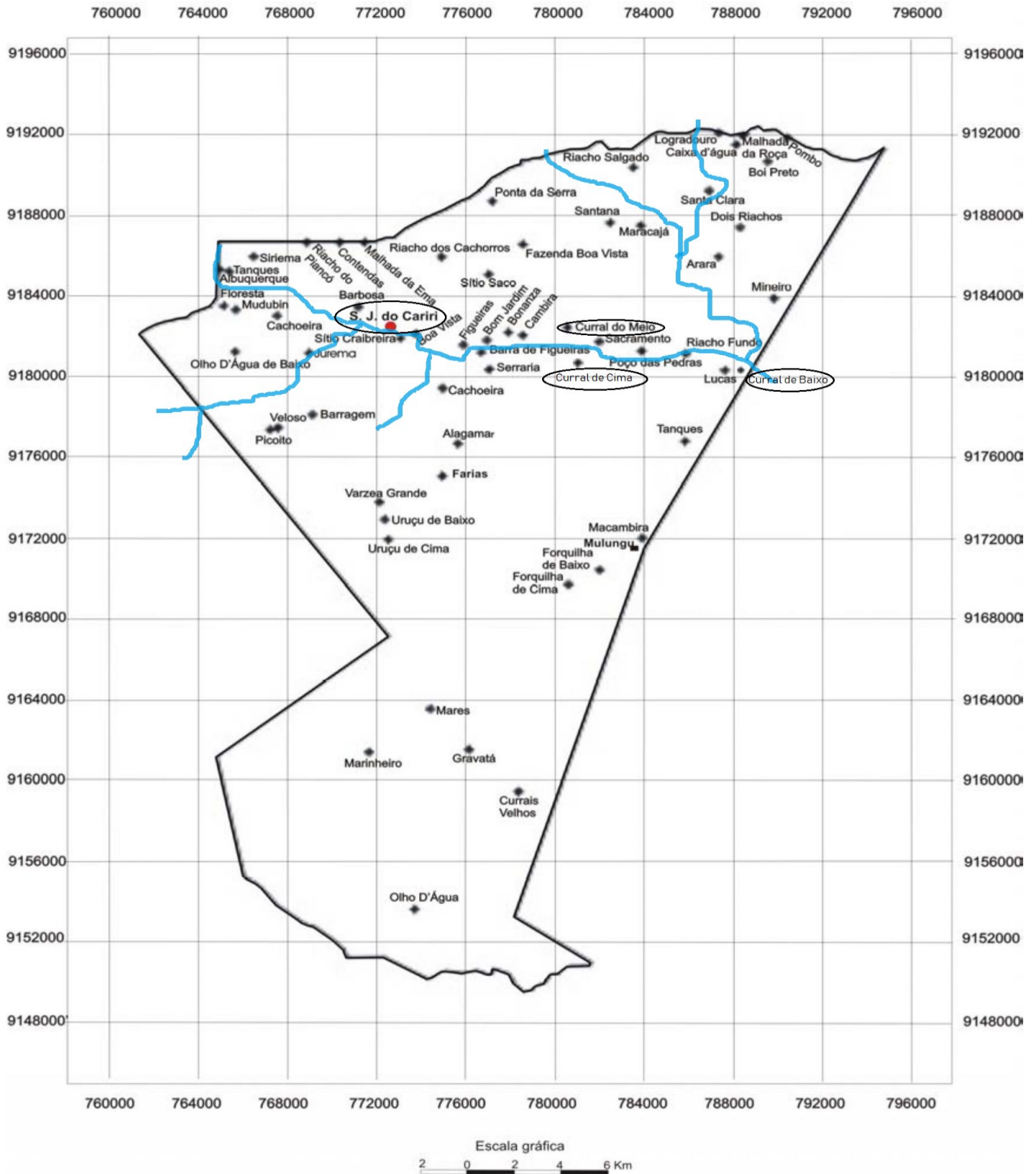


Fonte: IBGE, 2013. Adaptado por José Hornyhelthow (2019).

Na figura acima, representamos o deslocamento dos portugueses nas entradas de conquista do Cariri e Sertão paraibano. O traço em preto, representa o deslocamento vindo do Rio São Francisco, subindo o Rio Pajeú e adentrando na Paraíba pelo Rio Sucurú e chegando ao Rio Taperoá, conforme Pereira (2008). O traço em cor azul, representa a entrada também vindo do norte do Rio São Francisco, depois Rio Pajeú e descendo pelo Rio Paraíba. Já o traço em vermelho, representa a entrada para o Sertão, saindo de Cornoio, subindo o Rio Paraíba, adentrando o Rio Taperoá e seguindo rio acima até se encontrar com o Rio Espinharas.

Leal (1961) nos diz que em 1669 haviam currais de gado funcionando no local e que sesmeiros pediam concessão das terras. Todavia é ignorada o nome e a data da instalação do primeiro colonizador da área em estudo.

Figura 5: Localização dos sítios da Zona Rural de São João do Cariri. Destacam-se a sede municipal, os sítios Curral de Baixo, Curral do Meio, Curral de Cima e o Rio Taperoá com seus principais afluentes no perímetro territorial de São João do Cariri.



Fonte: ARAÚJO, 2010. Adaptado por José Hornyhelthow (2019).

Evidencia-se a instalação dos currais por meio dos sítios que estão as margens do Rio Taperoá, cujo topônimos são Curral de Baixo, Curral de Cima e Curral do Meio (Ver figura 5). Segundo Leal (1961), descreveu que a colonização do Vale do Rio Travessia ocorreu por volta do Séc. XVII, cujos moradores procediam evidentemente da Bahia ou do norte do Pernambuco, com escalas por Carnoió (atual cidade de Boqueirão-PB), onde havia uma fazenda de propriedade dos Oliveira Ledo.

Pereira (2008) menciona que um dos primeiros portugueses com expedição de entradas pelo Cariri que solicitou terras por meio de sesmarias foi Antônio de Oliveira Ledo, em 1665, informando que já se encontrava estabelecido na região desde 1663. Como Antônio de Oliveira Ledo realizou entradas para o sertão partindo de Cornoió, subindo o curso do Rio Paraíba e adentrando pelo Rio Taperoá, antes Travessia (Figura 4), nos leva a possibilidade de que havia instalado currais de gado nos limites territoriais que hoje encontra-se o município de São João do Cariri.

Conforme os relatos de Barros Leira (2019) e reforçando Leal (1961, 1991), não se sabe até o hoje ao certo a quem pertenceu a sesmaria que de fato comprova quem foi o pioneiro a desbravar o território que hoje conhecemos por São João do Cariri. Barros Leira (2019), sugere que para chegarmos a uma possível conclusão da exatidão da sesmaria, seria a realização de uma pesquisa por meio dos nomes dos donos das terras antes da instalação da Villa Real de São João do Cariri. Em Pereira (2008), encontramos a sesmaria de 1695 nº 223, medindo 06 léguas em quadro, solicitada por Pascácio de Oliveira Ledo e Sebastião Costa, denominada de Araducó, que deu origem ao município de São José dos Cordeiros que provavelmente esteja associada com a Sesmaria de deu origem à São João do Cariri.

De acordo com Medeiros e Sá (1999), o processo de ocupação do sertão paraibano pelos portugueses não marca o início do povoamento da região, mas um repovoamento, lembrando que o gentio⁶ já habitavam na região. Esses indígenas pertenciam as grandes famílias Cariri (Kariry ou Kiriry) e Tarariús. Na região do Cariri paraibano, os Cariris eram representados pelos índios Carnoiós⁷, que não eram antropófagos, vivem em tabas e tinham agricultura desenvolvidas e os Tarariús eram

⁶ Termo pelo qual os portugueses se referiam aos indígenas.

⁷ Cornoió se refere a um antigo aldeamento indígena que hoje compreende a cidade de Boqueirão-PB.

representados pelos índios Sucurús⁸ (Xucurus), que diferente dos Carnoiós, eram nômades, praticavam o endocanibalismo, se alimentavam de mel e cobras (PEREIRA, 2008).

No processo de povoamento do Sertão paraibano também tem ligação com as expedições do bandeirante Domingos Jorge Velho. O caminho realizado por este bandeirante teria iniciado no Rio São Francisco, adentrando pelo Pajeú até chegar ao Rio Espinharas/Piancó, dando posteriormente o surgimento do povoado de Piancó (MOREIRA *et al*, 2003).

Os primeiros expedicionários que se tem conhecimento sobre suas atuações na região do Cariri paraibano eram provenientes do norte do rio São Francisco, da Casa da Torre ou da Província do Pernambuco. A Casa da Torre era um grande latifúndio pertencente aos Garcia D'Ávila⁹, que se estendiam da Bahia até ao Piauí, segundo nos mostra o relato de Silva Pessoa (2003):

[...] pioneira e grande empreendedora da conquista dos sertões nordestino, da Bahia ao Piauí, e que se prestava como símbolo privilegiado para a construção de enredo épico do bandeirismo nordestino e baiano, em particular, responsável pela dilatação das fronteiras da colônia e pela integração e econômica de um vasto território pelos currais que iria compor o "corpo" físico da futura nação.
(SILVA PESSOA, 2003:21).

Entre as famílias que vieram posteriormente com o intento de povoação, segundo Medeiros (1989), destacam-se os Costa Romeu; Barros Leira; Faria de Castro; Costa Villar; Abreu Tranca; Souza Varjão e os Oliveira Ledo. Destas famílias merecem destaque os Costa Romeu, os Oliveira Ledo e os Faria de Castro. Os Costa Romeu exerceram seu "poder" em São João do Cariri. Em Cabaceiras foram os Oliveira Ledo e Faria de Castro. O desdobramento econômico está associado a criação do gado *vacum* e *cavalar*, o couro, a carne e posteriormente a cultura do algodão. A medida que o gado no pastoreio ia se espalhando, novas terras iam sendo descobertas.

Os Rios Taperoá, Paraíba e seus afluentes foram de suma importância para formação desse "novo" território. No transcorrer da história humana, o fator hídrico sempre esteve associado ao surgimento de civilizações. No caso da Cariri, os rios citados surgem como "dádivas", reconhecendo que as futuras cidades e currais de

⁸ Atualmente na cidade de Serra Branca, Cariri da Paraíba, há uma comunidade rural com este nome, o que pode evidenciar a presença desses indígenas na região.

⁹ Família que veio ao Brasil com o Governador-Geral Tomé de Souza.

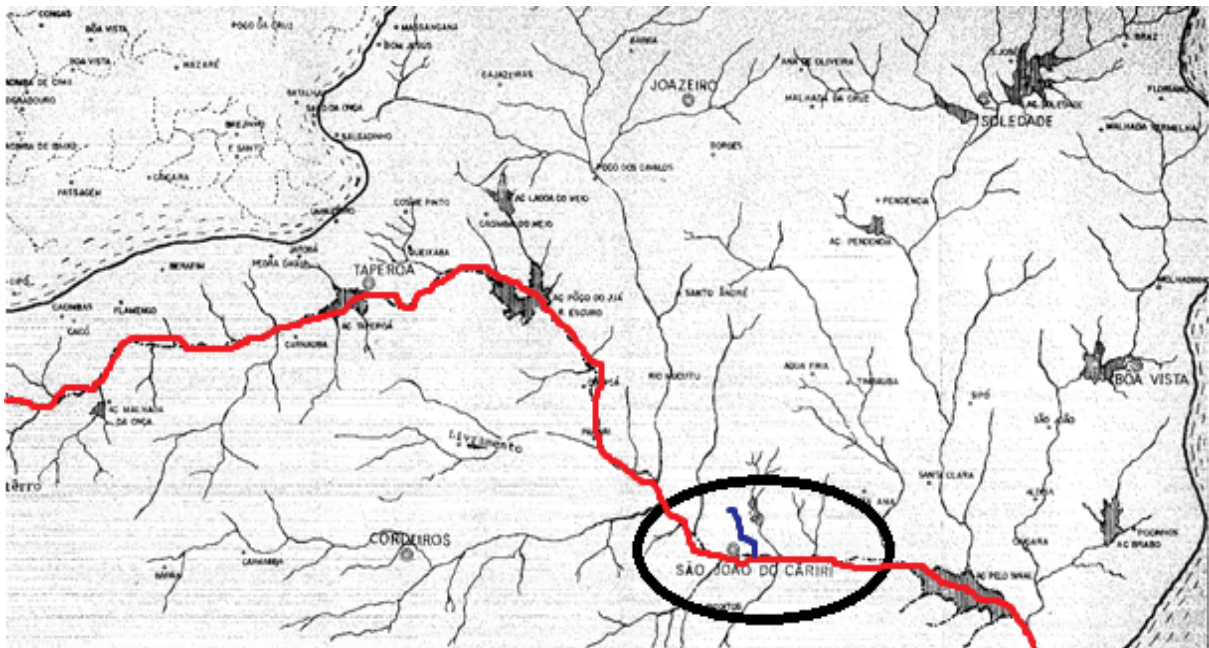
gado floresceram em suas margens ou próximos a eles. Além disso, os núcleos que estavam sendo formados adjacentes aos rios serviam de pontos de referências, delimitação geográfica e locais estratégicos para o surgimento de entrepostos comerciais.

2.3 DO POVOADO DE TRAVESSIA À TRAVESSIA DOS QUATROS CAMINHOS

Por que o nome Travessia? Travessia dizia a respeito a um antigo cominho conhecido pelos indígenas, no qual os portugueses em suas entradas pelo desbravamento dos Sertões e Cariris se utilizaram, favorecendo o surgimento do povoado que veio a ser por Travessia dos Quatros Caminhos.

A explicação para esse nome está associado a uma encruzilhada entre o Rio Taperoá e o caminho que dava na estrada da Carinhanha do São Francisco. O Povoado de Travessia começou a ganhar prestígio por se tratar de em aporte entre o Litoral e o Sertão e como caminho para Pernambuco. Leal (1961) afirmou que primitivamente, os sesmeiros adotavam a nome de São João e que a denominação Travessia se enquadrava perfeitamente por estar na confluência do Riacho Namorado e do Rio Taperoá, em uma excelente posição.

Figura 6: Síntese da Sub-bacia do Rio Taperoá. Em vermelho, destaca-se o referido Rio e em azul o Riacho Namorado.



Fonte: LEAL, 1991. Adaptado por José Hornyhelthow (2019).

A sesmaria era o documento como prova que o indivíduo era o “dono” das terras. O processo para se ter a posse de uma sesmaria ocorria quando o suposto reclamante justificava os seus interesses à Coroa Portuguesa, ao Senado da Câmara ou ao Governador de Província, que poderia ceder ou não a posse da sesmaria. Era um processo demorado e que não é muito diferente da burocracia de hoje: pagava-se o registro e foro, com suas mediações e demarcações do termo. Rietveld (2016), descreveu que o novo proprietário ficava responsável e obrigado a cultivar o seu terreno, aceitar novos caminhos (muitos eram abertos mediante possíveis trilhas já existentes), e respeitar os aldeamentos indígenas que existiam no entorno.

Esse sistema de requerer a terra, conforme Rietveld (2016), chega ao fim em 1822 e que somente em 1850 é criada a Lei das Terras. Com a Lei das Terras, a posse de novas terras ocorria por meio da compra da terra ao Estado ou a um particular como o único meio de adquiri-las e não por reivindicação. Entre os anos de 1822 e 1850, a posse das terras ocorriam por meio de inventário ou testamento de herança. Além de justificar a real necessidade em solicitar novas terras, o donatário da sesmaria deveria possuir bens, de preferência o gado *vacum*, que serviam como tração animal, fonte de carne e couro e, além disto, movimentava a economia entre o interior o litoral.

Eram em torno dos currais que se erguiam as primeiras habitações. Precárias e simplórias, essas edificações construídas de pau-a-pique (taiparia), cobertas com palhas e que os estavam localizados próximos aos currais de gado. A atividade pecuária é traduzida como símbolo de riqueza e poder. Associada à pecuária nasce o Ciclo do Couro, em que o aproveitamento do couro serviu na confecção de utensílios que eram empregues no labor cotidiano.

A importância do couro e os produtos da sua manufatura, em se tratando do Cariri, é refletida no distrito da Ribeira de Cabaceiras que é reconhecida pela produção de artigos em couro (sandálias, bolsas, chapéus, *souvenir*, carteiras, etc.) e que essa prática associa-se com os pioneiros no manuseio do couro. Sendo lícito supor, acredita-se que os habitantes da Ribeira de Cabaceiras descendam de holandeses que adentraram às terras do Cariri como forma de encontrar refúgio contra a expulsão.

O credo oficial professado por estes portugueses era o Catolicismo Romano. Todavia nem todos confessavam a fé Católica. Havia aqueles que mesmo se

“dizendo” católico, apenas se utilizavam desse para maquiar a sua real identidade religiosa. Eram os cristãos-novos¹⁰ ou pejoramente de marranos¹¹.

2.4 A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES

Travessia dos Quatros Caminhos, devido a sua posição geográfica e ao caminho que ligava à estrada da Carinhanha do Rio São Francisco e as estalagens dos currais de gado às margens do Rio Taperoá, resultaram em um importante núcleo populacional, o que condicionou à criação da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres. Nesse processo, destaca-se a atuação dos padres jesuítas e suas contribuições no processo de formação do espaço urbano são-joãoense que estava porvir. Rietveld (2016), menciona alguns dos possíveis fatores que convergiram à vinda dos jesuítas para São João do Cariri:

[...] os jesuítas possuíam terras na região de São João do Cariri, na fazenda Mucuitu¹²[...]. O administrador dessa fazenda¹³ precisava do apoio religioso de um padre que não morasse distante. Mucuitu fica a uns trinta quilômetros de São João do Cariri e assim esta assistência era disponível. [...] a existência de um sítio Cariry, além da fazenda Mucuitu. O relato dos bens que os jesuítas perderam mostra claramente uma distinção entre a fazenda Mucuitu e o sítio Cariry. [...] *assegura-se* que este sítio (Cariry) estava localizado na atual cidade de São João do Cariri. [...] Monsenhor Pizarro confirma que em 1820 no seu livro “Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexadas à jurisdição do vice-rei do estado do Brasil”, que os jesuítas fundaram São João do Cariri, baseando-se em documentos do arquivo eclesiástico de Salvador. “A igreja matriz, noutro tempo chamada matriz de cima¹⁴, cujo orago é N. S. dos Milagres, foi fundada pelos jesuítas e pode-se dizer boa”. A padroeira N. S. dos Milagres é o quarto argumento para dar aos jesuítas a paternidade do lugar, porque esta devoção está associada a eles.

(RIETVELD, 2016:95-96. Grifo nosso).

¹⁰ Judeu que fora convertido “a força”, por meio da Inquisição do Santo Ofício, ao Catolicismo Romano. A presença judaica no Cariri não é o foco dessa pesquisa, entretanto reconheço que é um tema que merece ser levantado com maior destaque.

¹¹ Termo pejorativo, denotava condição repugnante. Era como uma alcunha de “porco, imundo”.

¹² Antigo nome da cidade de Juazeirinho

¹³ Esta se localizava na atual São João do Cariri, cujo nome era Sítio Cariry.

¹⁴ A referência ao termo “matriz de cima” faz menção a mesma igreja paroquial criada em São João do Cariri, que assim denominavam, para diferenciar da “Matriz Nova” que estava sendo construída em Campina Grande, outrora Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e também para diferenciar da “Matriz dos Cariris de Baixo”, localizada na Villa de Pilar e a Capela de Boqueirão, dedicada à Nossa Senhora do Desterro.

Figura 7: Saída dos Jesuítas de Mucuitu à São João do Cariri. O traçado na cor marrom retrata o possível trajeto percorrido.



Fonte: AESA, 2016. Adaptado por: José Hornyhelthow (2019).

Rietveld (2016) destaca que o administrador da fazenda dos jesuítas em Mucuitu mantinha contato com um padre jesuíta que morava em Travessia, necessitando de seus serviços eclesiais e que estes jesuítas estavam presentes no início da pregação do Catolicismo na área citada, deduzindo que eles tinham um sítio nas mediações da Travessia, provavelmente nas atuais mediações do Sítio Seriema, município de São João do Cariri.

Nas informações de Leal (1961), um dos motivos que ele aponta para a vinda dos jesuítas à São João do Cariri e a escolha do local para edificação da Igreja, estão associadas as condições favoráveis que procuravam para instalarem suas residências. O antigo povoamento da Freguesia, como descreveu Leal (1991), era na confluência onde o Riacho Namorado deságua no rio Taperoá, onde ocorreu a formação do núcleo populacional, originando a atual cidade de São João do Cariri. Antes desse povoamento, haviam núcleos rurais em localidades até hoje conhecidas como Curral de Cima, Curral de Baixo e do Curral do Meio, situadas as margens do Rio Taperoá (ver figura 5).

Estes jesuítas levantaram uma igreja sob a invocação de Nossa Senhora dos Milagres, nas primeiras décadas do Séc. XVIII. Por alguns anos os jesuítas realizaram a cura das almas em Travessia e na região do Cariri paraibano. Aos

poucos, a povoação tornou-se em um importante centro de atividades eclesiásticas e político-econômicas na região do Cariri paraibano.

Figura 8: Rio Taperoá. Perímetro urbano de São João do Cariri, 2019.



Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Almeida.

Figura 9: Localização da confluência do Riacho Namorado (em vermelho) com o Rio Taperoá (em amarelo). Nesta confluência, estabeleceu a cidade de São João do Cariri



Fonte: Google Mapas, 2019. Adaptado por: José Hornyhelthow (2019).

A Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora, por Decreto do Bispo de Olinda e Recife, D. Luiz de Santa Tereza, foi criada em 03 de Abril de

1750 no Povoado de Travessia. No período de sua criação, o Estado governava a Igreja no regime de Padroado¹⁵, o que se conclui que a criação da paróquia se deu por motivos políticos.

A criação da Freguesia em 1750 é envolto de dúvidas. Leal (1991), relatou que em 1746 já era mencionada em alguns documentos a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora, sob a administração do Pe. Luiz Cunha e que a partir dessa data a cercania denominou-se Travessia de N.S. dos Milagres do Cariri de Fora. Com a construção da Igreja a localidade ganhou renome eclesiástico e conseqüentemente recebeu mais importância político-econômica após a oficialização e instalação da Freguesia em 1750.

A criação da primeira Freguesia do Planalto da Borborema em 1750 ocorreu em um período de mudança para a Igreja Católica. Nesse período, Portugal é chefiado pelo diplomata e estadista Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marques de Pombal, que o foi Primeiro-Ministro entre os anos de 1750 e 1777. Segundo Melo e Rodrigues (1993) e Rietveld (2016), o Governo de Pombal é marcado por três grandes atos que refletem neste estudo: o fim da missão de Cimbres, que se localizava na Capitania de Pernambuco, nas mediações de atual cidade de Pesqueira-PE; a expulsão dos jesuítas e o confisco de seus bens. O Decreto de Pombal dura até 1798, quando uma Carta declara os índios como cidadãos comuns e com os mesmos direitos e deveres de todos os habitante do reino. Os jesuítas, além de nossos primeiros mestres, foram essências no processo de colonização, na orientação dos homens de governo, no desenvolvimento econômico e na paz indispensável ao progresso da terra.

No período de expulsão dos jesuítas, a Paraíba perde sua independência e é anexada ao Pernambuco, que durou de 1756 até 1799. Sobre a anexação da Província Real da Paraíba à Província do Pernambuco, segundo Régis (1982) apud Melo e Rodrigues (1993), correspondeu a uma fase de expansão da economia europeia, que não foi acompanhada por Portugal. Nesse período, Portugal enfrentava uma das maiores crises econômicas de sua história, que foi o reflexo da queda da produção brasileira. O Rei José I concorda com o parecer do Conselho Ultramarino de anexar a Província Real da Paraíba à Pernambuco, por Ordem Real

¹⁵ No sistema de Padroado, que durou até a Proclamação da República, eram os deveres e direitos da Coroa remunerar os religiosos pelos trabalhos prestados à Igreja; nomear novos bispos; construir igrejas e mantê-las; recolher o dízimo; realizar a expansão do Catolicismo por seu território e criar dioceses e regiões eclesiásticas.

de 1º de Janeiro de 1756. O território da Paraíba foi desanexo de Pernambuco em 17 de Janeiro de 1799, por Carta Régia da Rainha D. Maria I.

A localização do núcleo populacional que surgia em função da Igreja em São João do Cariri é descrito em 1757 pelo Capitão-Mor do Cariri de Fora Clemente de Amorim de Souza, onde ele elabora um documento minucioso sobre os termos que estavam sob a jurisdição da freguesia de Nossa Senhora dos Milagres. Por ser um relato muito extenso, resumo apenas ao que se refere a localização da Igreja Matriz:

[...] Entre o sítio Cornoio e o sítio da Cruz, faz barra da parte da mão direita o Rio chamado Travessia (sic). [...] Do Curral de Baixo ao sítio Poço das Pedras são duas léguas e daí do Curral do Meio é uma légua e daí até ao sítio do Açude é légua e meia e daí a Travessia onde está edificada a Igreja Matriz defronte o sítio da Caraibeira [...]

(MEDEIROS, 1990:41-42. Grifo nosso. Ver figura 5).

Uma Freguesia, no Brasil colônia, era uma unidade territorial que lidava com questões político-administrativa ou eclesiástica e que estavam subordinadas às vilas. Possivelmente em cada freguesia havia um juiz de paz e um juiz de órfãos. Uma povoação era elevada à categoria de Freguesia quando a Diocese pudesse manter um clérigo através dos esforços daqueles que viviam no entorno. Na Freguesia eram lavradas certidões, inventários e registros dos acontecimentos da povoação, como também eram celebrados batismos, crismas, casamentos e outras atividade religiosas. Cada freguesia possuía um certo número de capelas que eram filiais da matriz, em que o clérigo da matriz tinha por ocupação dar assistência a estas filiais.

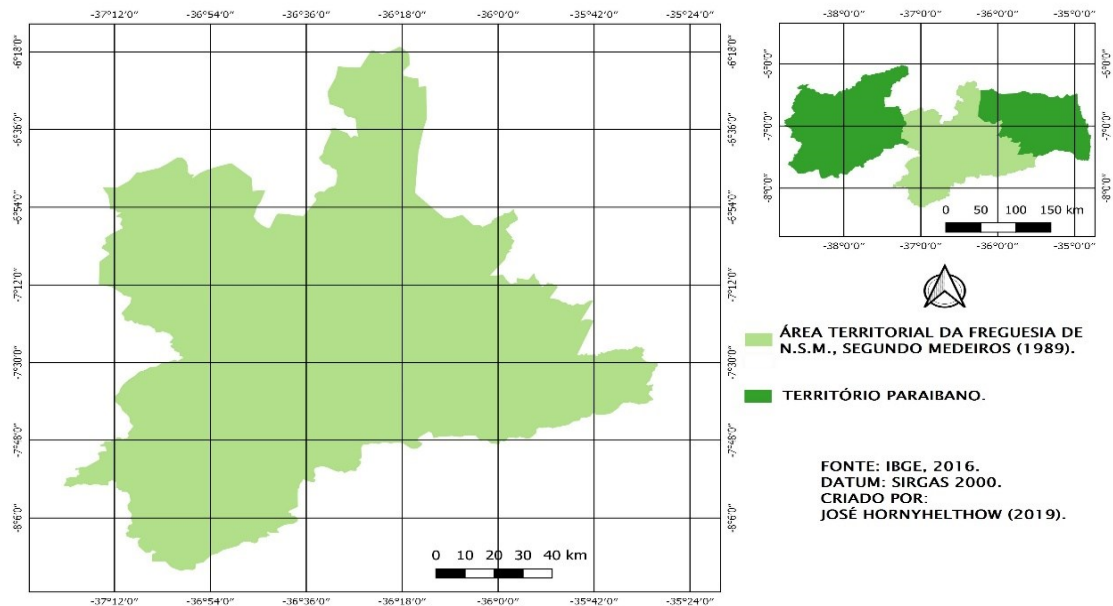
Após a criação da Freguesia e levando em conta a sua importância e expressão territorial, ser elevada à categoria de Julgado seria o próximo passo para ascensão à vila, decorrente de algumas funções jurídicas que vinham sendo exercidas na Freguesia. A criação da Freguesia de N.S. dos Milagres foi um marco muito importante da historiografia São-joãense e era jurisdicionante um território muito maior do que a Microrregião do Cariri paraibano e era muito mais extensa no período em que foi criada, alcançando cerca de um terço (1/3) do atual território do Estado da Paraíba (LEAL, 1991).

Tabela 1: Panorama da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, em 1756

IGREJA	FAZENDAS	MORADIAS (FOGOS)	HABITANTES
1 MATRIZ	87	410	1.799

Fonte: Medeiros (1990). Adaptado por José Hornyhelthow (2019).

Figura 10: Recorte territorial da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.



Fonte: MEDEIROS, 1990. Adaptado por: José Hornyhelthow (2019).

Seus limites territoriais estendiam-se, além dos Cariris Velhos, Campina Grande e as Microrregiões do Agreste e Seridó, indo até as fazendas do entorno da região das Espinharas e do Sabugi no sertão ao oeste; ao norte limitava-se com a Freguesia de Nossa Senhora Santana de Caicó; ao leste com as Freguesias de Nossa Senhora das Neves da Cidade da Paraíba e Nossa Senhora do Pilar e ao sul os termos da Freguesia limitava-se com o atual divisa entre a Paraíba e o Pernambuco.

A F.N.S.M. ficava atrás apenas da Freguesia da Paraíba que possuía 9 igrejas, 33 capelas, 2.431 moradias, 17 engenhos e 10.050 pessoas e da Freguesia de Pombal, que possuía uma igreja, 14 capelas, 560 fazendas, 2.341 moradias e 5.420 pessoas. Entretanto, diminuiu consideravelmente após a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande em 1769, ou seja, 19 anos depois da criação da Freguesia de N.S. dos Milagres.

As principais famílias proviam das regiões de Lisboa, Leiria, Braga, Porto, Barcelos, Coira, Portela, Caminha, Guimarães, em cujos distritos ficam as freguesias do Costa e a de Romeu. Por volta de 1770, segundo Medeiros (1989) percebe-se a diminuição da vinda de portugueses para o Cariri e que Possivelmente escolheram fixar-se no Recife ou adentrar Sertão acima, com destino ao Cariri Novo, localizado no Ceará. Conforme Macedo e Medeiros Filho (1990), uma leva desses

colonizadores, migraram para o Rio Grande do Norte, onde era mensurável o número de propriedades de lusitanos.

Reforçando as informações citada outrora, os patriarcas dessas famílias viviam da criação de gado da plantação de cereais. Enxergavam nessas terras oportunidades para expandir seus feudos, instalando suas fazendas como unidade centralizadora do poder, nutrindo um bom relacionamento social com outros patriarcas e vizinhos.

Já o relacionamento com os indígenas, a princípio, não ocorre de forma amistosa. Para o português, os indígenas eram entraves na conquista de novos territórios, na criação extensiva do gado e na mão de obra. Aqueles que não se rendiam eram eliminados, considerados “ameaças”; alguns indígenas viam nos portugueses a oportunidade de “possíveis” alianças, tanto para não serem mortos quanto para entregarem seus inimigos; alguns provavelmente serviram de vaqueiros nas fazendas.

Em Jóffily (1975), encontramos as informações de que os indígenas serviam melhor para o trabalho pastoril do gado. Este motivo é parte do pressuposto de que estes eram conhecedores da terra, havendo um desenvolvimento melhor para este tipo de atividade e que enxergavam sinais imperceptíveis do rastro do gado, determinando exatamente a distância e sentido em que os animais tomavam. Sobre as batalhas entre índios e portugueses segue um breve relato de uma dessas disputas ocorridas no Cariri de Fora, conforme Leal:

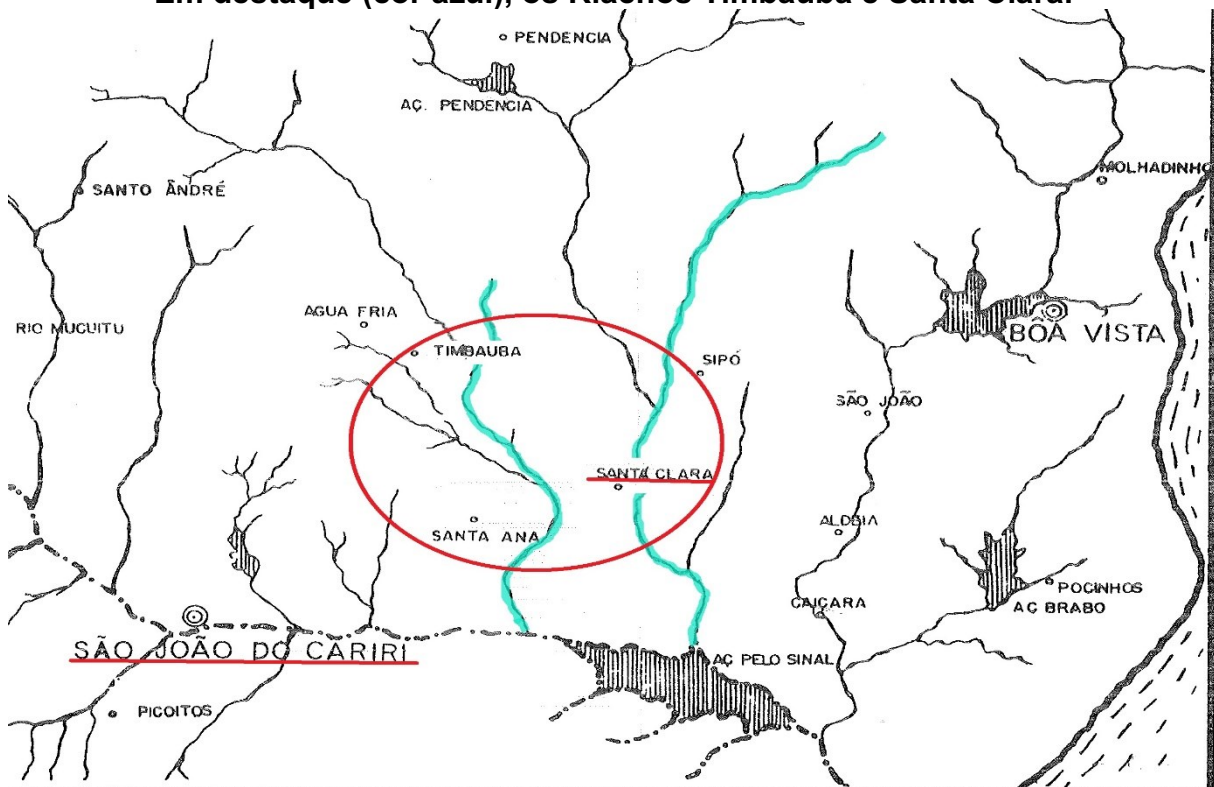
O gentio Cariri (sic), já havia debandado, em busca de paragem mais segura na época da intensificação da penetração lusa no Vale de Travessia. Parece que último núcleo organizado sobreviveu no lugar chamado Caboclo¹⁶, e que se diluiu nos matos, depois de ter trucidado o Alferes Amaro da Costa Romeu Filho, que tentava colonizar aquelas terras. Os assassinos não aguardaram as represálias e, mal cometido o atentado, se esgueiraram pelas caatingas com destino que nunca se descobriu. Depois desse acontecimento, não se tem notícia de nenhum núcleo remanescente em todo o Vale. Havia, em verdade, gentios instalados à ilharga das fazendas sem o contato com seus irmãos de sangue, dispersos pela região, sob o tormento do medo ao branco sanguinário e exterminador de gente. (LEAL, 1991:18. Grifo nosso).

Boa parte desses confrontos também foram liderados por patriarcas da família Oliveira Ledo. Nas mediações do antigo território de São João do Cariri,

¹⁶ Esse lugar descrito possivelmente seja o sitio Caboclo, localizado na zona rural de Serra Branca-PB. Na região próximo a São João do Cariri é a única mediação com este nome.

segundo Rietveld (2016), uma entrada liderada por Teodósio de Oliveira Ledo ocasiona um confronto contra os indígenas Sucuru, nas mediações entre os riachos Timbaúba e Santa Clara. Essa ação vinha ocorrendo desde a Borborema, que compreendia os termos da atual cidade de Campina Grande, e que o intuito era chegar até o rio Piranhas. Timbaúba era o antigo nome da atual cidade de Gurjão e que Santa Clara é um sítio que ainda existe dentro dos limites territoriais atuais de São João do Cariri.

Figura 11: Representação do local onde ocorreu o confronto entre os indígenas Sucurús e a entrada de Teodósio de Oliveira Ledo. Em destaque (cor azul), os Riachos Timbaúba e Santa Clara.



Fonte: Leal, 1991. Adaptado por: José Hornyhelthow (2019).

Os métodos dessas batalhas não eram suaves; eram confrontos violentos cheios de extermínios. Atualmente, no caso de São João do Cariri, destaco apenas algumas famílias que possivelmente podem descender desses indígenas, devido a seus traços fenóticos. Atualmente, algumas dessas famílias residem no Distrito de Malhada da Roça, município de São João do Cariri, e outra família que atualmente reside na sede do municipal, sendo a matriarca dessa família natural de São Domingos do Cariri. Sobre os métodos que eram utilizados em batalhas, cito Rietveld:

Frei Martinho de Nantes fala de uma matança sob a chefia de Francisco Dias de Ávila. Numa expedição prenderam quinhentos homens, suas mulheres e seus filhos e depois de dois dias em cativeiro mataram todos os

homens e venderam suas mulheres e os filhos como escravos, apesar de lhes ser dada a palavra de poupar lhes a vida. Do mesmo modo, Teodósio usava métodos duvidosos. Numa carta ao seu governador, escrito no arraial de Piancó, em 6 de agosto de 1698, ele relatou uma vitória com 32 mortos e 62 presas e muita quantidade de feridos e da nossa parte (sic) não perigou nenhuma e só me feriram 6 homens. Por motivos desconhecidos porém das presas mandou matar muitas por serem incapazes. O governador da Paraíba informou à corte portuguesa numa carta de 14 de maio de 1699 sobre o bom sucesso de Teodósio, porém o rei reprovou o acontecido numa resposta datada de 16 de setembro do mesmo ano. Segue uma parte do relato descrito na carta: Me pareceu estranhar mui severamente o que obrou Teodósio de Oliveira Ledo em matar a sangue frio muitos dos índios que tomou na guerra. O rei quer que use piedade, porque o exemplo do rigor que com eles executou seria dar ocasião a fazer aos mais nossos contrários vendo a nossa impiedade. E conclui: Teodósio merece um exemplar castigo.
(RIETVELD, 2016:71. Grifo nosso).

Seixas (1975) diz que não havia nenhum interesse da parte de Teodósio em “descobrir” novas terras e que sua missão nas entradas de conquistas dos territórios paraibanos era de trazer “paz as terras” e dar incremento à criação do gado. Porém não devemos demonizar os Oliveiras Ledo, em especial a figura de Teodósio. Por outro lado eles foram importantes na formação de novos núcleos populacionais nas regiões do Cariri, Seridó, Agreste e Sertão paraibano, a exemplo de Campina Grande, Cabaceiras, Olivedos e Piancó. Os Oliveira Ledo provinham da parte norte do rio São Francisco. Eram detentores de um número considerável de gado e que nas entrada desbravando os sertões paraibano, viram a oportunidade de instalar seus currais e expandir e conquistar territórios.

Sobre alguns dos feitos positivos realizados por Teodósio de Oliveira Ledo, em 1695, com o auxílio dos índios, abriu a primeira estrada que ligava as cidades atuais de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Pombal Souza, Cajazeiras, Milagres, Missão Velha, Barbalha e Crato, na Chapada do Araripe. Ele usou a mesma estrada numa segunda viagem, em 1697. Na Paraíba, essa famosa estrada é a atual BR-230 (RIETVELD, 2016)

2.5 CRIAÇÃO DO JULGADO DOS CARIRIS DE FORA

Devido ao seu processo de formação territorial, a Freguesia de N.S. dos Milagres começa a ter notoriedade no interior da Paraíba, sendo considerada a mais importante entre Pombal e a cidade de Paraíba, hoje João Pessoa. Foi considerada a maior freguesia de toda capitania e sua jurisdição compreendia desde Pocinhos até São Sebastião do Umbuzeiro, de Pombal até Natuba. No ano de 1774, a Paraíba

contava com nove freguesias, com exceção da capital. Eram as freguesias de Pilar, Conde, Alhandra Bahia da Traição, Monte-Mor, Taipu, Pombal, Campina Grande e Travessia. A utilização do termo “Cariri de Fora” ou “Cariris-Velhos” serve para diferenciar dos “Cariris-Novos” da região do Ceará.

Nesse período, em meados do Séc. XVIII, havia um vazio entre o Sertão e o Litoral no que diz respeito às questões de ordem jurídica. Não haviam juízes que arbitrassem as causas na região dos Cariris de Fora, havendo somente na Capital e em Pombal. A Freguesia de N.S. dos Milagres, devido a sua evolução satisfatória, recebeu o título de Julgado dos Cariris de Fora, por meio de um Alvará em 17 de Abril de 1776. Segundo Leal (1991), os cronistas registraram a criação oficial desse julgado em 1764. Entretanto, desde de 1758, nas mediações da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, Bento Correia de Lima exercia a função de Juiz de Órfãos e Defuntos, denotando que desde essa data a Freguesia vinha-se projetando à instituição do Julgado.

Na organização judiciária colonial, conforme Leal (1991), a função de Juiz de Fora competia a funcionário letrado, designado para o cargo por ato do soberano devido à importância das atribuições superiores que competiam aos demais magistrados, que em alguns casos não tinham formação no Direito Jurídico. Sendo bons homens, de influência e de boa reputação eram indicados para exercer tal função. A princípio esses juízes eram denominados Juízes de Fora ou de Fora a Porta, sob o pretexto de que a administravam melhor a justiça aos povos do que os Juízes Ordinários, em razão das suas afeições ou ódios.

Outra finalidade para a criação dos Juizados de Fora foi a usurpação para o poder régio das atribuições dos juízes ordinários. A instituição dos juizados proveniente no reinado de D. Afonso IV eram prejudiciais e agravaram as populações. Já no reinado de D. João III, era de competência da coroa o encargo e pagamento da maior parte dos seus juízes ordenados, que era imposto a todos os estados do reino. O Juiz de Fora era um indivíduo entendido no direito romano que era a legislação que atendia aos princípios e necessidades do surgimento desses juizados consequente ao predomínio que o Estado lhes asseguravam. Ao contrário do Juiz de Ordinário, o Juiz de Fora administrava a justiça imparcial aos populares.

No ano de 1774, na jurisdição do Julgado do Cariri de Fora, havia 1 igreja matriz, 2 capelas, 87 fazendas, 410 moradias, totalizando 1.779 habitantes. Já em

1778, ano em que foi aberta a primeira aula primária da comunidade, contabilizava 510 moradias e 2.199 habitantes.

Tabela 2: Evolução da Freguesia após a criação do Julgado do Cariri de Fora

ANO	IGREJA	CAPELA	FAZENDA	MORADIA	HABITANTES
1774	1	2	87	410	1.779
1778	1	2	87	510	2.199

Fonte: Medeiros (1990) e Leal (1991). Adaptado por José Hornyhelthow (2019).

2.5 A VILLA REAL DE SÃO JOÃO DO CARIRI

A projeção econômica e social promoviam meios para a criação de uma vila, levando em conta a densidade demográfica, potencialidade econômica em torno da criação do gado e instalação do juizado. Conforme Medeiros (1989), o Coronel de Ordenanças José da Costa Romeu, dono de uma forte influência e liderança no Cariri, juntamente com seu filho Domingos da Costa Romeu e outros proprietários, a saber, Filipe de Faria Castro, José Félix de Barros Leira, Inácio de Barros Leira, José Francisco Alves Pequeno e Francisco Dias Chaves, assinaram e patrocinaram a petição para que o Julgado de N.S. dos Milagres do Cariri de Fora tornasse vila com o nome de Villa Nova da Rainha no ano de 1786. Medeiros (1990), mencionou que em 1769 Campina Grande já era Freguesia com o nome de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, ou seja, o território que hoje compreende Campina Grande desde 1769, tinha sido desmembrado da Freguesia de N.S. dos Milagres.

Leal (1991), nos diz que o Governador de Pernambuco, a quem a Capitania da Paraíba ficou subordinada no período de 1755 até 1799, determinou que o Ouvidor e Desembargador Antônio Filipe Soares de Andrada Brederodes, em atendimento a solicitação impetrada pelos proprietários de terras do Cariri de Fora, viesse instalar a nova vila ao mesmo tempo em que empreendia viagem ao Rio Grande do Norte para a elevação da Vila Nova do Príncipe (Caicó) e Vila Nova da Princesa (Assú). Porém o empenho não deu procedimento, visto que o Ouvidor Antônio Brederodes ao chegar nas imediações de Campina Grande, foi aliciado pelos principais homens da localidade, encabeçado por Paulo de Araújo Soares. No povoado de Campina Grande instala-se a Villa Nova da Rainha em 20 de Abril de 1790.

São João do Cariri foi ignorado e as aspirações favoreceram a Campina Grande. Fica claro e evidentemente que aqueles que assinaram e patrocinaram a petição reclamaram pelo fato ocorrido. Porém de nada adiantou, pois o Governador de Pernambuco aceitou as razões ponderadas pelo Ouvidor Brederodes. No período em questão, o Julgado de N.S. dos Milagres do Cariri de Fora era mais importante, tanto social quanto politicamente, do que a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, hoje Campina Grande.

Leal (1991) nos mostra um dos possíveis motivos que levaram o Ouvidor Brederodes a instalar a Villa Nova da Rainha em Campina Grande: o valor de 200\$000 Réis que Paulo de Araújo Soares deu para o Ouvidor Brederodes ocasionando na compra de uma boa leva de gado. Na compra desse gado, que veio a multiplicar-se, Paulo de Araújo Soares consegue quitar um débito de 800\$000 Réis que devia ao Ouvidor Brederodes, ou seja, Campina Grande torna-se vila por meio da prática que hoje compreendemos em termos jurídicos por suborno.

Como medida de contornar essa situação o Vice-Rei do Brasil, José Luís de Castro, outorgou criação de uma vila nos Cariris de Fora, sugerindo o nome de Villa de São Pedro, em 03 de Abril de 1799, em honra à Pedro III de Portugal. Entretanto, os populares da Freguesia escolheram o nome de Villa Real de São João do Cariri, que foi instalada em 22 de Março de 1800, em homenagem à João Rafael de Bragança, conhecido posteriormente como D. João VI. A oficialização da Villa Real de São João do Cariri ocorre de fato em 05 de Maio de 1803 (CAVALCANTE, 2015).

Para a instalação da Villa, era essencial se ter um patrimônio territorial considerável. No caso para a criação da Villa Real de São João, esse patrimônio foi doado pelo Sargento-Mor José Francisco Alves Pequeno, este que também doou as terras onde hoje é localizado a construção da Igreja Matriz de São João do Cariri. Segundo Barros Leira (2019), as terras doadas pelo Sargento-Mor José Francisco Alves Pequeno para instalação da Vila foram compradas do Alferes Serafim Luís do Sacramento e de sua esposa, Jacinta Alvares da Silva. A escritura de doação é datado de 03 de Maio de 1803.

Segue o relato da doação do território que deu formação à Villa Real de São João do Cariri:

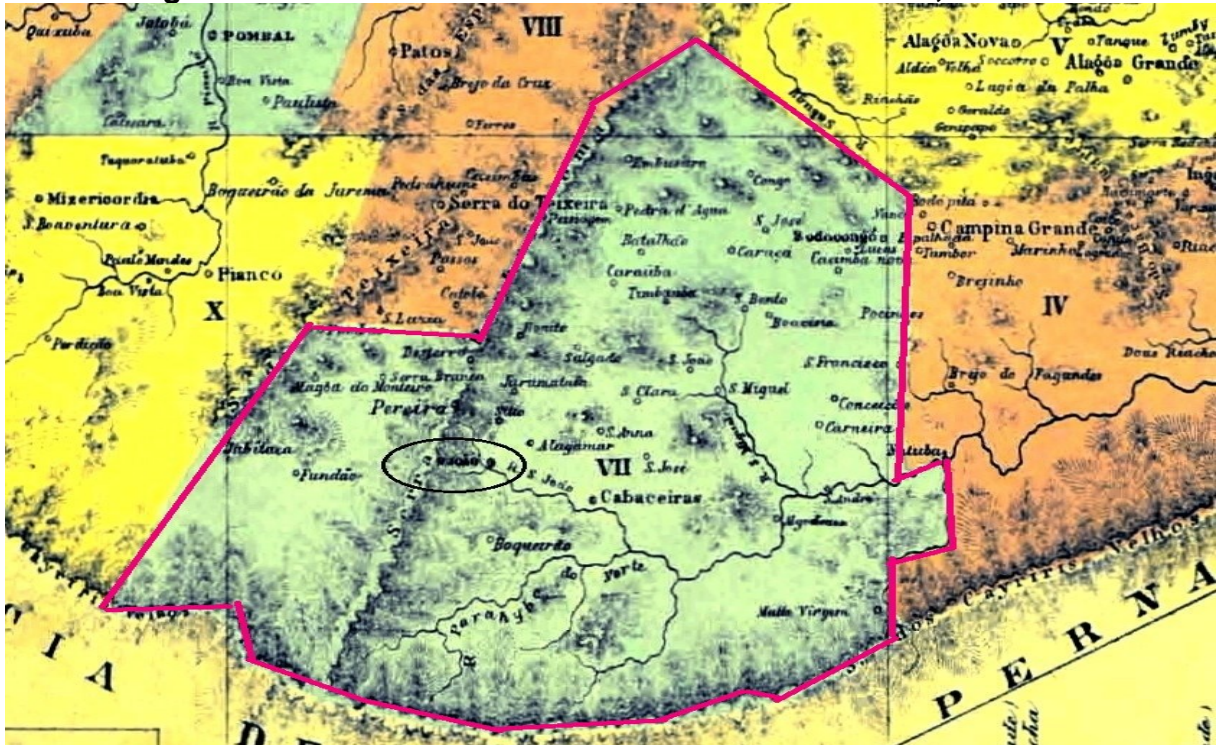
Saibam quantos este público instrumento de escritura de doação ou como em direito para sua validade melhor nome e lugar haja e dizer possa, que sendo no ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1803, do mês de Maio do dito ano, nesta povoação de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora, Comarca da Cidade da Paraíba do Norte, em o escritório de mim Tabelião

ao adiante nomeado e sendo aí apareceu o Sargento-Mor José Francisco Alves Pequeno, branco, solteiro e de mim Tabelião reconhecido pelo próprio de que se trata, dou fé. E por ele me foi dito em minha presença e das testemunhas adiante numeradas e assinadas, que ele era senhor e possuidor de uma parte de terras cias na compreensão da Fazenda Açude, nesta povoação, e que houvera por compra de escritura pública ao Alferes Serafim Lins do Sacramento e de sua mulher, das quais as terras de sua própria e livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma, fazia doação e de fato doado tinha, para patrimônio da Câmara da Nova Villa Real de São João, que se há de erigir. Na mesma forma que possuía com a condição, porém, que o doador poderá ter sua casa nesta povoação, que se há de erigir em Villa, sem que pague foro ou pensão alguma do chão da mesma, por si ou seus herdeiros, cuja parte de terras tem ele doador senhorado e impossanado-se desta povoação até o Açude Doce, por si e seus possuidores, e é, desde a barra do riacho denominado Namorado, pelo rio acima em até constatar, com terras do Pau a Pique, com seus fundos para a parte do Norte, compreendendo com Água doce, até intestar com terras da fazenda Caifáz e, pela do Nascente, com os outros herdeiros do mesmo no Açude, extremado mais, pela parte Sul, com o rio da mesma povoação, a qual sorte de terra assim contestada da mesma forma que ele dito doador possuía, disse que as dava e delas faria doação a sobredita Câmara do patrimônio.

(LEAL, 1991:53-54. Grifo nosso).

De acordo com o termo relatado acima, vemos que o doador das terras que veio a compor o território da Villa Real de São João ficaria excluído de pagar alguns dos impostos sobre a terra e das futuras construções que viessem a surgir por iniciativa do concedente do patrimônio territorial para instalação da vila. Por ceder as terras, o Sargento-Mor José Francisco Alves Pequeno recebe um “incentivo fiscal” que contemplava também aos seus descendentes. A nova unidade administrativa foi criada numa época em que existiam apenas as Vilas de Alhandra e Pilar, instaladas em 1765; Jacoca (Conde) em 1768; Pombal em 1773 e, como vimos, Campina Grande em 1790.

Figura 12: Limite territorial da Villa Real de São João, Séc. XIX.



Fonte: Biblioteca do Senado Federal. Adaptado por José Hornyhelthow (2019).

A Villa Real de S. João surgiu como sinônimo de esperança do seus habitantes que se empenharam em desenvolvê-la com o intuito de justificar a dignidade alcançada. Um ano após instalação da Vila, que se desenrolou de modo consagrado, em sua jurisdição existiam 4.980 famílias, enquanto a Villa Nova da Rainha contava apenas com 2.443, justificando de certo modo, o ressentimento em virtude do ato que os homens de São João do Cariri consideraram uma preterição dos direitos da sua coletividade. No livro “Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI”¹⁷, Tomo VIII, escrito por Mons. José de Souza Azevedo Pizarro de Araújo, em 1820, encontramos a seguinte descrição geográfica da Villa Real de S. João *ipsis litteris*:

[...] sobre uma colina rodeada de outras semelhantes e pedregosas, cujo território árido e seco, e muito ventoso, ficando sobranceiro na margem esquerda do rio S. João, uma das cabeceiras do rio Paraíba, oferece soberba vista do anfiteatro, pelas diversas colinas e as serras que se seguem; é pois, o território desta vila quase todo montanhoso e as serras que a circundam são fraldas da grande Borborema. O negócio principal consiste na criação do gado.
(PIZARRO, 1820:193-195).

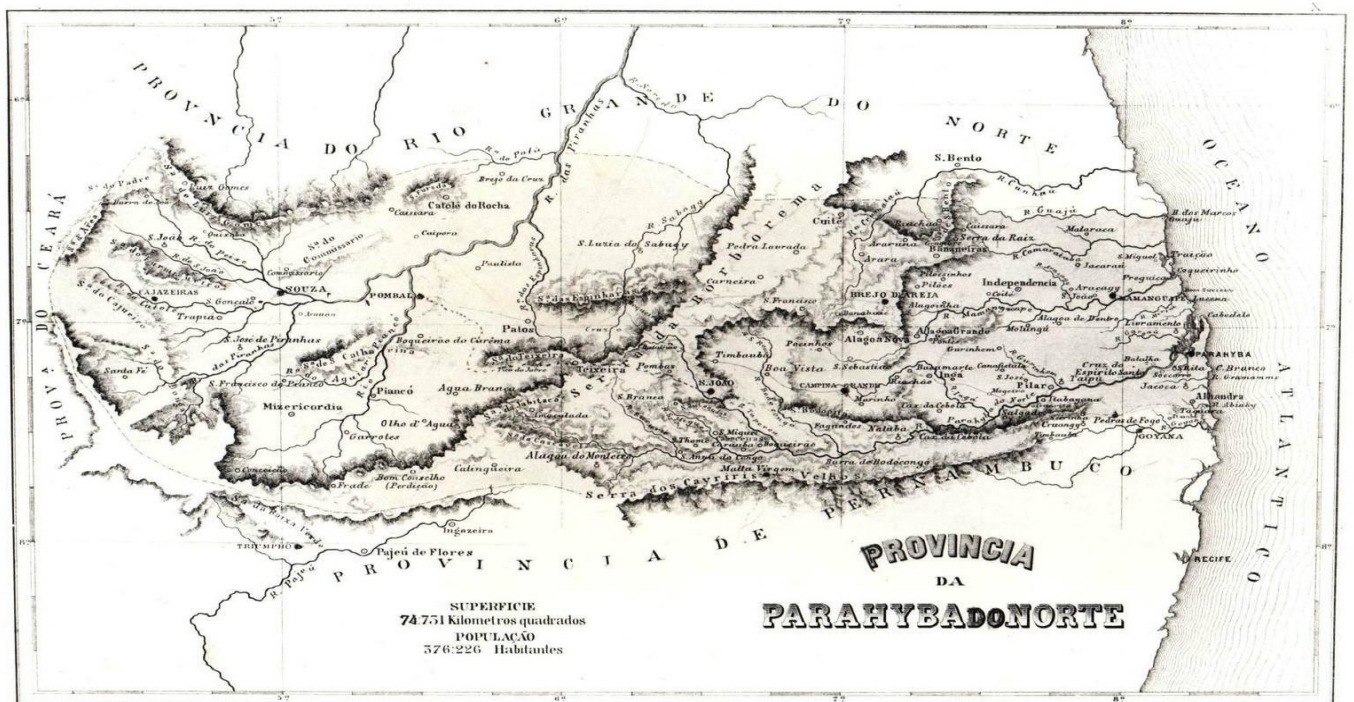
¹⁷ Disponível na Biblioteca Digital do Senado da República Federativa do Brasil.

Nesse período, os lugares mais povoados da Villa Real de S. João, segundo Rietveld (2016) eram Serra Branca; Santo André; São Pedro de Caraúbas (Caraúbas) que possuía uma capela, cujo o orago era São Pedro; Alagoa (Monteiro); Santana do Congo (Congo), com uma capela, sob a invocação de Santa Ana e Conceição (Sumé).

No ano de 1824, período em que ocorreu a Confederação do Equador e na tentativa de rejeitar a Constituinte de 1823, no caso específico da Paraíba, desenvolveria a participação da Villa Real de S.J. do Cariri, juntamente com as Vilas de Campina Grande, Areia e Itabaiana. O município é criado em 15 de Novembro de 1831 por Lei Provincial Nº 540. Era o maior município da Paraíba em termos territoriais, com 11.812,0 km² (MOREIRA et al, 2003).

A Villa Real de São João adquiriu sua personalidade política e em poucos anos, converteu-se no centro de toda a vida política e social de grande extensão da Paraíba. Em 1835, a primeira legislação da Assembleia Provincial que substituiu o Conselho Geral da Província. Contou no número dos seus membros dois deputados saídos da então Villa: eram os caririzeiros Manuel da Costa Ramos e José Vitoriano de Barros Leira. Essa tradição de se ter representantes caririzeiros no Conselho Geral da Província perdurou durante todo período monárquico, sendo interrompido na primeira década do período republicano.

Figura 13: Mapa da Província da Paraíba, Séc. XIX.



Fonte: Biblioteca do Senado Federal.

Nesse período, os lugares mais povoados da Villa Real de S. João, segundo Rietveld (2016) eram Serra Branca; Santo André; São Pedro de Caraúbas (Caraúbas) que possuía uma capela, cujo o orago era São Pedro; Alagoa (Monteiro); Santana do Congo (Congo), com uma capela, sob a invocação de Santa Ana e Conceição (Sumé). Nos anos de 1824, na tentativa de rejeitar a Constituinte de 1823, no caso específico da Paraíba, desenvolveria a participação da Villa Real de S.J. do Cariri, juntamente com as Vilas de Campina Grande, Areia e Itabaiana.

Torna-se município em 15 de Novembro de 1831 por Lei Provincial Nº 540. Era o maior município da Paraíba em termos territoriais, com 11.812,0 km² (MOREIRA et al, 2003). O prestígio da Villa Real de S. João, segundo Leal (1991), consolidou-se ao ponto que em 1835, na primeira legislação da Assembleia Provincial que substituiu o Conselho Geral da Província, contou no número dos seus membros dois deputados saídos da então Villa: eram os caririzeiros Manuel da Costa Ramos e José Vitoriano de Barros Leira. Essa tradição de se ter representantes caririzeiros no Conselho Geral da Província perdurou durante todo período monárquico, sendo interrompido na primeira década do período republicano.

Era grande o número de bacharéis, médicos e sacerdotes que estavam concentrados na Villa Real de S. João, a saber os mais representativos, o Desembargador Jansen; Juiz de Direito Elias Eliseu Elíaco da Costa Romeu; os bacharéis Claudino José dos Santos Leal, Genuíno Correia Lima, Francisco Aprígio de Vasconcelos Brandão; os Tabeliões Teodomiro e Galdino “Sepultura”; o Professor Tertulino, português radicado na Villa; os vigários Padre Alípio Cordeiro da Cunha, Francisco Ananias e Custódio Magalhães; o ex-combatente na Guerra do Paraguai, Ildefonso da Costa Ramos e o Prefeito Acácio Ramos – homens de boa reputação e que se empenharam no processo de formação educacional na Villa.

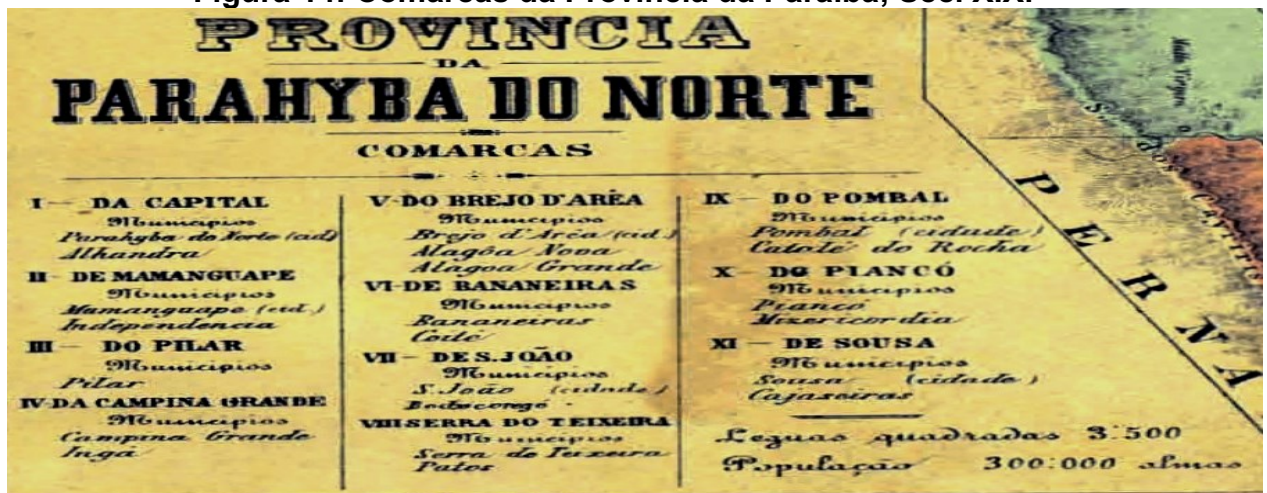
Francisco Aprígio de Vasconcelos Brandão fundou na cidade um dos primeiros colégios secundaristas do interior paraibano, conhecido como Colégio Dr. Brandão. Este colégio era responsável na preparação pré-universitária e na capacitação dos futuros professores da Vila. Em razão dessas circunstâncias, São João do Cariri recebeu a alcunha de ‘Atenas do Cariri’. Sobre a educação primária na Villa, Leal (1961) nos diz que ficava no encargo das mulheres devido à educação que recebiam, que se habilitavam ao ensino acumulando conhecimentos no convívio caseiro: eram moças prendadas, de boas letras e moral irreprovável, que se aprofundaram essencialmente ao desempenhos dessas tarefas.

2.6 A COMARCA DE SÃO JOÃO DO CARIRI

A Villa torna-se Comarca¹⁸ por meio por Lei Provincial nº. 27, de 6 de Julho de 1854 e classificada pelos Decretos nº. 1645, de 29 de setembro de 1855 e 5099, de 29 de setembro de 1855. Segundo Queiroz (2015), a Villa possuía em seu termo judiciário desse período um juiz municipal e de órfãos, dois Distritos de Paz, uma delegacia de polícia e três subdelegacias, um colégio eleitoral – pertencente ao segundo distrito, com 44 eleitores, um Batalhão da Guarda Nacional e uma Companhia de Reservas, ambas da Infantaria.

A economia da Villa era centrada na criação do gado, que consistia no principal negócio da região. Por não necessitar de grandes cuidados, a produção pecuária teve um forte desenvolvimento, não desprezando a agricultura, que surgiu como atividade complementar.

Figura 14: Comarcas da Província da Paraíba, Séc. XIX.



Fonte: Biblioteca do Senado Federal. Adaptado por José Hornyhelthow (2019).

A Villa Real de S.J. do Cariri obteve o título de segunda maior produtora de gado da Província da Paraíba nos anos de 1852, com a produção de 1.538 cabeças de gado, perdendo apenas para Sousa, que produzia 3.466 cabeças de gado.

No ano de 1862, segundo Leal (1991) e Medeiros (1990), a produção algodoeira da Villa era da quantidade superior a mil arrobas, em que o algodão era considerado o “ouro branco” da época, pois a sua produção era voltada para o mercado externo. Entretanto, a criação do gado sobressaía em relação à economia.

¹⁸ Comarca, conforme Chaves (2013), era uma divisão judicial da capitania que facilitava o controle metropolitano sobre as populações e as atividades econômicas desenvolvidas na região. Em cada comarca, existia uma vila principal, escolhida como sede administrativa, onde eram instalados os órgãos públicos e as autoridades. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-8775213000300009&script=sci_arttext. Acesso em 05 de jun. de 2019.

O caminho percorrido pelo gado, segundo Cavalcante Neto (2013), atravessava os vales dos rios do Peixe, Espiranhas e Piranhas, chegando na Serra dos Anis, onde prosseguia pelo rio Travessia, passando pela Villa Real de S.J. do Cariri com destino à Boqueirão e daí seguia em direção ao Brejo pernambucano.

No que diz respeito a presença africana em São João do Cariri, é importante mencionar os estudos e pesquisas de Irineu Jóffily:

Depois que a colonização estendeu-se à todo o território da capitânia, com o desenvolvimento da cultura do algodão nas catingas, aumentou o elemento africano, sem que, com tudo, ele chegasse a preponderar em parte alguma pelo número: principalmente no sertão, onde o foi sempre fraco, porque para os trabalhos pastoris era muito mais apropriado o americano (sic). Não obstante, verificou-se com a matrícula dos escravos, decretada pela Lei de 28 de Setembro de 1871, que em certos municípios desta zona, como São João do Cariri e Piancó, existia maior número de escravos do que em outros da zona agrícola da província. Este fato, aparentemente estranho, explica-se perfeitamente: pela fecundidade da raça cruzada, indígena e africana, de que descendiam esses escravos; pela vida ociosa que levava essa gente, cujo trabalho ordinariamente não chegava para o seu sustento e, finalmente, pelo orgulho de cativos que possuíam, e dos quais só em última extremidade se desfizeram, como na grande seca de 1887. (JOFFILY, 1977, apud MELLO e RODRIGUES, 1993:12. Grifo nosso).

Na Villa Real de São João do Cariri, com base no texto citado acima, vemos que os africanos escravizados viviam de modo ocioso e que o bom número era mais por questão de *status* do que mesmo para o trabalho. Sobre esse número, com base nos estudos de Galliza (1979), elaboramos a seguinte tabela com o número de escravos na Villa:

Tabela 3: População livre e escravizada da Villa Real de São João do Cariri

1852		1860		1872	
Livre	Escravizada	Livre	Escravizada	Livre	Escravizada
9.212	1.538	4.497	804	14.471	642

Fonte: Galliza, 1979 apud Cavalcante, 2015. Adaptado por José Hornyhelthow (2019).

O número decrescente deve-se, possivelmente, em função de quatro fatores: 1º), o surgimento de leis abolicionistas, a exemplo, as leis Eusébio de Queiroz, Ventre-Livre e Saraiva-Cotegipe; 2º), o aumento da população livre; 3º), segundo Queiroz (2015) a epidemia da cólera que castigou a Villa Real de S. João do Cariri nos anos de 1856 e 1862, que afetou a população livre quanto a cativa; 4º), as longas estiagens descritas por Almeida (1923), que atingiu a região nos anos de 1851, 1853, 1860, 1866, 1869 e 1870, sendo o ano de 1869 mais aflitivo (CAVALCANTE, 2015).

A Villa Real de S.J. do Cariri não possuía teatros ou clubes de lazer. A cultura era voltada totalmente para o lado religioso. A maior parte de seus residentes eram da zona rural e possuíam casas na parte urbana apenas para se concentrarem em festividades religiosas ou que fossem concernentes aos assuntos políticos.

Joffily (1977), nos diz que a principal via que dava acesso à Villa e que a interligava até outros municípios era a estrada que fazia ligação com o sertão de Espinharas:

A estrada tomava a direção de oeste passando por grandes travessias; tocava na pequena Ribeira de Santa Rosa, a dez léguas, e nove mais adiante na povoação dos Milagres, no rio Taperoá e acompanhando mais ou menos as margens deste rio, tocava na Lagoa do Batalhão, e descendo a Borborema seis léguas além dava nas águas do Rio Espinharas.

(JOFFILY, 1977, apud CAVALCANTE, 2015:58. Grifo nosso).

Em 1857, foram anexadas à Villa Real de S.J. do Cariri as Freguesias de Nossa Senhora Maria Madalena, no município da Serra de Teixeira e a de Nossa Senhora da Conceição de Cabaceiras (CAVALCANTE, 2015).

É criado o distrito de Alagoa do Monteiro, atual cidade de Monteiro, por Lei Provincial nº. 194, de 04 de Setembro de 1865. Após a criação do Distrito de Alagoa do Monteiro, seu território é desanexado da Villa Real de S.J. do Cariri, por meio da Lei Provincial nº 457, de 28 de Junho de 1872. Após desmembrar-se da Villa de São João do Cariri, ocorre o desenvolvimento econômico de Monteiro, que era o responsável por boa parte da produção de gado da Villa e que os povoados do oeste e sudoeste do Cariri, com exceção de Santana do Congo, Caraúbas, Sucuru e Serra Branca, ficaram sob a sua jurisdição.

Com o desmembramento de Monteiro, o número da produção de gado na Villa cai e que somente nos anos de 1884 e 1886 volta a ter um crescimento econômico considerável, tornando-se a principal produtora de animais da Província da Paraíba, superando até mesmo as Vilas de Sousa, Pombal e à de Campina Grande, que eram outras importantes regiões da Província da Paraíba produtoras de gado. Cavalcante (2015), expressa a quantia arrecadada com o dízimo do gado nesse período, que era de 14:485\$000 Réis.

Na introdução da linha férrea na Paraíba, a “The Conde D’Eu Railway Company Limited”, o Eng. Francisco Soares da Silva Retumba em 1885, elaborou um plano com o objetivo de expandir a linha ferroviária que na época surgia como a necessidade de cortar a Paraíba no sentido Leste-Oeste e que iria aproveitar os

traçados existentes. O ramal projetado sairia da Capital, passaria por Pilar, prosseguindo até Cajazeiras, cortando os municípios de Campina Grande, São João do Cariri, Taperoá, Santa Luzia, Pombal e São João do Rio do Peixe. Entretanto, esse projeto não foi executado (NÓBREGA, 1980 apud MELO e RODRIGUES, 1993).

3. SÃO JOÃO DO CARIRI NO PERÍODO REPUBLICANO

São João do Cariri não acompanhou o desenvolvimento regional que outros lugares da Paraíba tiveram, a exemplo de Campina Grande. Sua economia girava em torno da criação do gado e ao cultivo do algodão. A criação de novos Distritos no Cariri contribuíram para o decréscimo do seu território, que ao passar do tempo, foram conquistando emancipação política. O crescimento das elites que centravam no algodão migraram de São João do Cariri para Campina Grande com o objetivo de investir na indústria algodoeira que vinha ganhando mais expressão.

Além do algodão, Campina Grande também se destaca no comércio do gado e como importante centro de entreposto comercial, onde no ano de 1907 foi inaugurada a linha férrea Great Western. Ramos (2013), nos diz que a presença das elites que outrora moravam nos limites de São João do Cariri foram algumas das responsáveis por boa parte do financiamento para o “embelezamento” do espaço urbano campinense.

3.1 O PANORAMA NO INÍCIO DO SÉC. XX

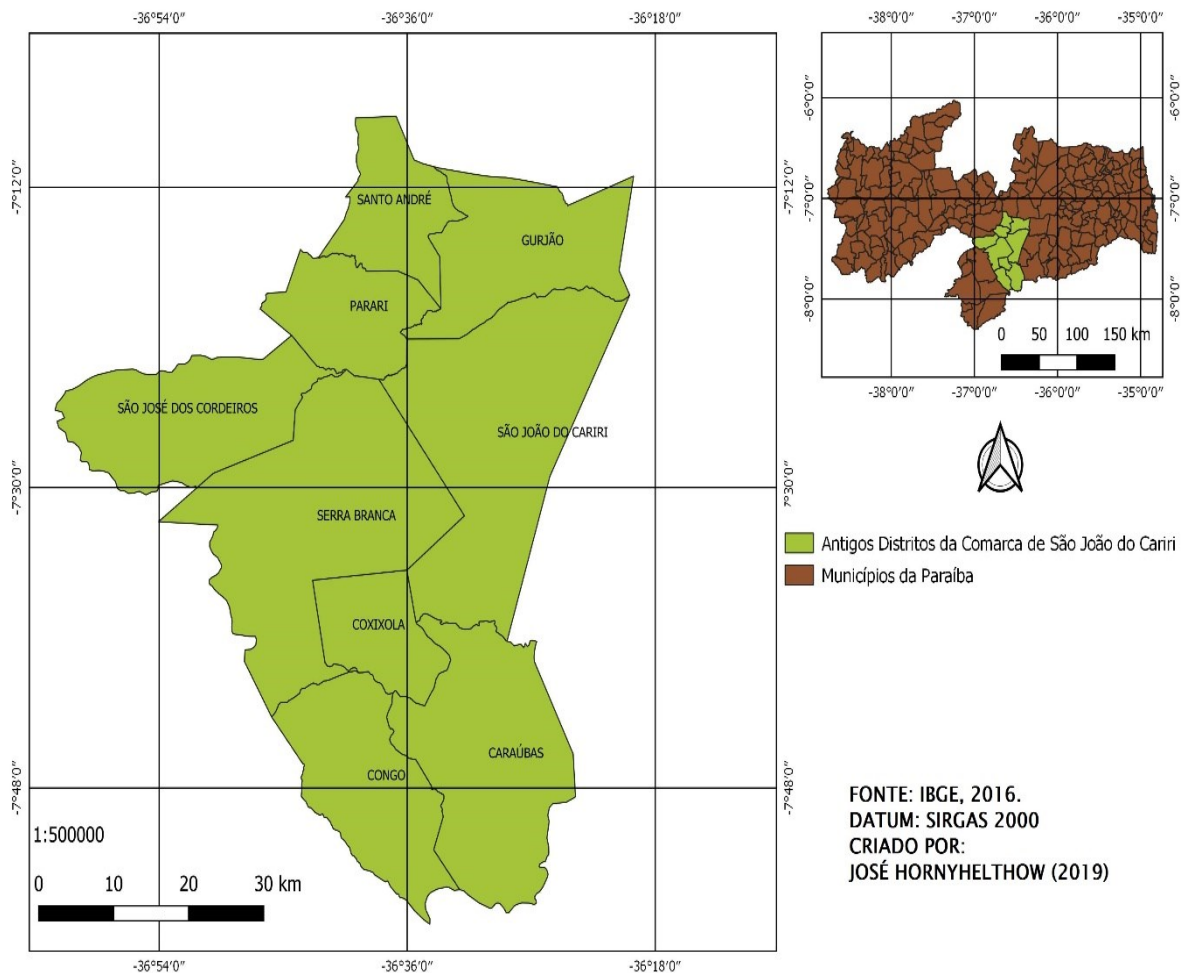
São João do Cariri teve seus momentos “áureos” no período imperial brasileiro. Como vimos, foi um importante centro para o desenvolvimento da região do Cariri paraibano. Nela foram criados a primeira Freguesia do Planalto da Borborema; possuía um Juizado; foi Vila Real e Comarca. No final do séc. XIX e início do séc. XX, sua população se aproximavam dos 30 mil habitantes. São João do Cariri era a sede municipal com 2.608 habitantes e possuía em seus termos 9 Distritos, a saber: Caraúbas, 2.475; Congo, 3.141; Cordeiros, 3.949; Coxixola, 2.880; Parará (Pombas), 2.279; Santo André, 2.875; Serra Branca, 4.413; Sucuru, 3.601; e Timbaúba (Gurjão), 2.299. Desses apenas Sucuru não tornou-se posteriormente em cidade e hoje pertence ao município de Serra Branca. Leal (1971), faz um relato de como era a antiga cidade nos fins do séc. XIX:

Desfrutava a velha localidade, edificada sobre o Planalto da Borborema na altitude de 425 metros sobre o nível do mar, clima cultural acima do ordinário, o que inspirou os espíritos despeitados a formulação do conceito de a cidade dos jumentos (em razão das condições de clima e solo, propícios apenas para a criação de jumentos) e dos doutores, porque na fase da história que rememoramos, abrigava um desembargador aposentado, quatro juizes de direito, dois na inatividade e os demais em pleno exercício da sua judicatura, além de dois padres, um brasileiro e um

português, sem falar no professor público, que vivera longos anos na Europa.
(LEAL, 1971, apud RAMOS, 2013).

Segundo as informações do IBGE (2018), foi elevada à condição de Cidade e sede municipal com o nome de São João do Cariri por Lei Estadual Nº 540, de 18 de Novembro de 1921. Estavam sob a sua jurisdição as atuais cidades de Serra Branca, Congo, Caraúbas, Coxixola, Pararí, Santo André, Gurjão, São José dos Cordeiros e o distrito de Santa Luzia do Cariri, que atualmente pertence a Serra Branca.

Figura 15: Distritos que formavam o Município de São João do Cariri.



Fonte: AESA Shapefiles, 2016. José Hornyhelthow (2019).

Segue a tabela de informações com as datas e leis estadual da fundação das cidades citadas:

Tabela 4: Leis Estadual e criação das cidades

	Divisão Administrativa	Antigo nome	Lei Estadual Nº	Data
São João do Cariri	Freguesia; Julgado; Vila; Comarca; Município; Sede Municipal e Cidade	Povoação de Travessia; Travessia dos Quatros Caminhos; Freguesia de N.S. dos Milagres; Julgado do Cariri de Fora; Villa Real de São Pedro e Villa Real de São João do Cariri	540	18 de Novembro de 1921
Serra Branca	Distrito; Município; Sede Municipal e Cidade	Itamorotinga; Jatobá	2065	27 de Abril de 1959
Congo	Distrito; Município e Cidade	Santana do Congo	2064	27 de Abril de 1959
Caraúbas	Distrito; Município e Cidade	Caraiibeiras; São Pedro das Caraiibeiras	5932	29 de Abril de 1994
Coxixola	Distrito; Município e Cidade	Cochichola; São José de Lucenópolis	5910	29 de Abril de 1994
Parari	Distrito; Município e Cidade	Pombas; São José das Pombas	5887	21 de Abril de 1994
Santo André	Distrito; Município e Cidade	Mucuitu; Bozó	5906	29 de Abril de 1994
Gurjão	Distrito; Município e Cidade	Timbaúba; Timbaúba do Gurjão	2747	02 de Janeiro de 1962
São José dos Cordeiros	Distrito; Município e Cidade	Cordeiros; Aradecó	2662	22 de Dezembro de 1961
Malhada da Roça	Distrito	-	2825	14 de Abril de 1962
Santa Luzia do Cariri	Distrito	Pé de Serra	318	07 de Janeiro 1949
Sucuru	Distrito	-	2065	27 de Abril de 1959

Fonte: IBGE, 2018. Adaptado por José Hornyhelthow (2019).

3.2 O SURGIMENTO DAS OLIGARQUIAS

São João do Cariri está essencialmente ligada a três importantes características, que pautam desde a sua fundação: a criação do gado, a sua religiosidade e a forte inclinação para política. Sobre sua inclinação política, relato nesta parte do trabalho, o surgimento de duas importantes famílias que moldaram a cidade com o poder das oligarquias, que foram os Britos e Gaudêncios. Para descrever o papel desempenhado por essas famílias, tenho que fazer um recorte na história, mesmo que de forma breve, sobre a política da República Velha, Oligarquias e o Coronelismo, com forte base na estrutura familiar como alicerce do seu poder na solidez e construção do apadrinhamento político, que moldou o espaço político em São João do Cariri.

Após o golpe militar no governo Imperial do Brasil em 15 de Novembro de 1889, o confisco de seus bens e o banimento da família imperial, o Brasil “respirava” o ideal republicano recém-nascido. Os grandes latifundiários do Brasil, principalmente da Região Sudeste, formavam a elite brasileira e, de certa forma, sempre procuraram manter e controlar o poder, onde aqueles menos abastados ficavam sob o seu controle. Enquanto “dominavam” no Brasil, estavam sendo “dominados” pelo capital estrangeiro, decorrente das exportações do café, de que praticamente dependiam.

Essas elites deram apoio ao movimento republicano, porque viam na monarquia um entrave contrário para seus projetos, a exemplo, o fim da escravatura. Saliento que boa parte dos formadores da nova elite brasileira eram árdios defensores do regime monárquico que aderiram ao regime republicano, que viam nessa nova forma de governo no Brasil a possibilidade de perpetuarem no poder. No início da era republicana, foi dividida em dois períodos, a saber: A República da Espada, liderada pelos Militares e A República das Oligarquias, formada principalmente por agropecuaristas de Minas Gerais e São Paulo. Sobre essa última é a que iremos descrever.

Atrelada a República Velha e as Oligarquias, vemos o surgimento de uma figura que contribui para moldar o cenário político nacional: a figura do coronel ou, como conhecemos no nosso Nordeste, o ‘coroné’. A imagem do coronel é acentuada e cheia de simbolismo. Esse simbolismo parte de duas construções: o real, que se dá pela posse de bens e pela estrutura familiar e o simbólico, que é construído na imagem de um “salvador” ou de um “tirano”, que irá depender de quem o interpreta.

O poder familiar na Paraíba guarda resquícios da estrutura política de base familiar fruto do nosso processo de colonização. De forma real ou simbólica, a imagem do coronel ainda perpetua no imaginário e subjetivo do caririzeiro. A filosofia do coronelismo era pautada no pensamento de que “*para os meus, tudo; para os inimigos, nada*”.

Como nasceu a figura do Coronel? Se tratando de práticas políticas da recém-república, o coronel nasce fundamentado no apadrinhamento e no mandonismo. Especificamente no Nordeste, o coronel era um grande latifundiário, proprietário de muito gado – traduzido por capital econômico, homem de forte influência, religioso, centrado numa boa estrutura familiar capital simbólico, onde os menos abastados ou aqueles que não se sentiam seguros nos seus sítios ou fazendas recorriam a ele, que era como um padrinho, devotando confiança, respeito e lealdade por seus favores: eram as antigas práticas feudais dos suseranos e vassallos.

Não eram coronéis de formação militar, mas eram de patente comprada e por seu poder aquisitivo. Assim, era um poder patriarcal com forte base rural e familiar, formado por uma rede de parentesco. A República Velha na Paraíba teve como principal característica a organização política a partir do grupo de base familiar, ou seja, a política familiar identificada no sistema coronelista. A República Velha ou das Oligarquias finda em 1930. Porém, isso não quer dizer o fim da politicagem oligárquica. No caso de São João do Cariri, essa prática “*findou-se*” com a emancipação político-administrativa de Serra Branca em 1959.

3.3 OS BRITOS E OS GAUDÊNCIOS

Doravante, para descrever os Britos e os Gaudêncios, me baseio nos estudos elaborado por Moreira (2012), para descrever as antigas (e por que não atuais?) práticas, cultura política e o poder familiar nos Cariris Velhos da Paraíba.

Os Britos e os Gaudêncios tem sua origem na zona rural de São João do Cariri, mais precisamente na Fazenda Uruçú. Ambos, pertencem a uma mesma ramificação genealógica¹⁹, que construíram seu poder em torno da produção do

¹⁹ Descendentes de Pascácio de Oliveira Ledo, sobrinho de Teodósio de Oliveira Ledo. Observa-se que na descendência da família, os Correia de Queiroz e os Brito Maciel – uma única família – se separaram com a formação de novas duas famílias, uma encabeçada por Higino da Costa Brito e outra por Joaquim Correia de Queiroz, ambos proprietários da fazenda Uruçú

algodão, criação do gado e no mandonismo. Segundos os irmãos genealogistas do Cariri paraibano Tarcízio e Martinho Dinoá de Medeiros, no livro *Ramificações Genealógicas do Cariri Paraibano* (1989), relatam que as famílias de prestígio político do Cariri da Paraíba, descendem do tronco direto do casamento entre o Capitão-Mor Domingos de Faria Castro com Isabel Rodrigues de Oliveira, que residiram em Cabaceiras no séc. XVII.

Como consta no referido livro apud Moreira (2012), a família que prevaleceu no poder em São João do Cariri durante o Império foram os Costa Ramos ou, segundo algumas grafias, Costa Romeu. O chefe da família durante o Segundo Império foi Elias Elíaco Eliseu da Costa Ramos. Foi Promotor Público entre 1863 e 1878, Curador Geral entre 1866 e 1878 e Juiz de Direito entre 1894 e 1895. Na política, assumiu o cargo de Deputado Provincial cinco vezes e ajudou a eleger para o mesmo cargo seu irmão, o padre José Ambrósio e o seu filho Abdias da Costa Ramos. Elias Elíaco chegou a assumir até mesmo a vice-presidência do Estado. A riqueza dessa família era predominante rural, herdadas como dote por meio de casamentos.

O primeiro Gaudêncio a projetar-se politicamente foi José Gaudêncio, destituindo os Costa Ramos do “poderio” em São João do Cariri. Oswaldo Trigueiro (1982) afirma que José Gaudêncio rompeu com o Juiz de Direito Inácio da Costa Brito para apoiar Eptácio Pessoa no racha de 1915 dentro do PRCP (Partido Republicano Conservador da Paraíba). Assim como José Gaudêncio, Inácio da Costa Brito foi o patriarca da família Brito na política durante a República Velha. O mesmo José Gaudêncio pertencia à família Correia de Queiroz, mesmo sem carregar o sobrenome.

Rodrigues (1989), nos diz que em março de 1916, em visita a Paraíba, Eptácio Pessoa reconstituiu o Partido Republicano. Dessa forma o seu domínio através do apoio de lideranças municipais do qual José Gaudêncio foi chefe absoluto de São João do Cariri. Restou a Inácio Brito realizar oposição aos Gaudêncios com limitada liberdade e pouca atuação política na Paraíba. Para Inácio, o seu intuito era de retornar ao poder, fato não realizado, pois faleceu em 1924. Assim, a família Gaudêncio perpetua no poder em São João do Cariri por 15 anos.

São João do Cariri era a maior Comarca da Paraíba. Em seus termos possuía 11 distritos e possuía uma elevada produção algodoeira, fato que contribui

para que alguns políticos tivessem interesses em unir ou formar alianças políticas na região a partir de São João. Na Paraíba era comum que os chefes políticos controlassem a Mesa de Renda – local de recebimento dos impostos que eram repassados aos governos estaduais e federais. O controle dos rendimentos arrecadados pela Mesa de Renda em São João do Cariri por José Gaudêncio foram indispensáveis para sua projeção ao Senado Federal. Não havia divisas entre o público e o privado e isso foi essencial para José Gaudêncio no apoio à Epitácio Pessoa como candidato à presidência do Brasil, se utilizando de um bem público para satisfação e interesse pessoal.

No governo de Epitácio Pessoa foi realizado uma força tarefa no Nordeste como medida precavida as estiagens representado pelo IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Esse programa do Governo Federal funcionava também como uma máquina pública, onde os oligárquicos se utilizavam desse projeto uma fórmula para sustentarem o seu poderio frente à crise hídrica. Essa foi uma das razões pelas quais Epitácio Pessoa não executou o projeto da linha férrea projetado pelo Eng. Retumba, que passaria por São João do Cariri, dando mais atenção e urgência às políticas de “combate à seca”.

Entretanto, esse cabo de guerra político deixa de exercer força por um momento para o lado Gaudêncio após a reforma política implantada por João Pessoa, pois no seu governo atingiu a administração e a “moral” dos chefes políticos que se utilizavam da Mesa de Renda para cometerem suas irregularidades político-administrativas para autopromoção. Um deles foi José Gaudêncio em São João do Cariri. Para representante do executivo local, foi escolhido por João Pessoa o senhor Ignácio Francisco de Brito. Com isto, os Gaudêncios entram em decadência e os Britos ascendem novamente ao poder.

Destacaram-se dois novos membros da família Brito: Tertuliano Correia da Costa Brito, natural de Serra Branca e Gratuliano da Costa Brito, natural de São João do Cariri. Segundo Moreira (2012), Gratuliano Brito era primo materno de José Américo de Almeida, que foi secretário do Interior em 1928 e secretário de Segurança em 1930. Quem projetou Gratuliano no cenário político foi Arquimedes Souto Maior, que no momento em questão era Secretário de Segurança do Estado e nutria forte amizade com o pai de Gratuliano, Ignácio Brito. Como de praxe, enquanto Gratuliano era beneficiado pelo governo de João Pessoa, José Gaudêncio urdia forte oposição.

Após o período que sucede a Revolução de 1930, na Paraíba, José Américo de Almeida era o chefe do executivo estadual. Nesse período os Gaudêncios entram no ostracismo político, retornando à política em 1935, momento em que Britos e Gaudêncios eram vistos como rivais no cenário político estadual. Na linha do tempo político, São João do Cariri foi liderada no período imperial pelos Costa Romeu; na República Velha ficou dividida entre os Costa Romeu, Britos e Gaudêncio; após a Revolução de 1930, ficou dividida entre os Britos e Gaudêncios.

Na década de 1930, Gratuliano de Brito é empossado por Getúlio Vargas como Interventor Federal na Paraíba. Com a ação da interventoria de Gratuliano de Brito e com o poder público nas mãos, Tertuliano de Brito consolidou sua liderança no município. Em seu governo, São João do Cariri foi agraciada com a construção de um Mercado e Açude Público, uma Escola – a 24 de Janeiro, hoje Tertuliano de Brito –, e investimento na agricultura (MOREIRA, 2012).

Os Britos souberam aproveitar dos frutos de São João do Cariri a partir da cultura política vigente. Nesse período é caracterizado por práticas de mandonismo, clientelismo e o apadrinhamento político-familiar. Em outros distrito da Comarca de São João do Cariri, os Britos fizeram sua solidez política com o apoio das famílias locais. O simbolismo ou a identidade simbólica projetada pelos Britos era em torno da importância histórica da cidade, ou seja, era envolto do saudosismo, do heroísmo e do espírito revolucionário.

Findado o período em que os Britos estiveram como interventores representados por Gratuliano de Brito, ressurgiu outro Gaudêncio: era Álvaro Gaudêncio de Queiroz. Este tinha sido prefeito de São João do Cariri em 1923, renunciando o cargo para concluir o seu curso de Bacharel em Direito na Faculdade de Direito do Recife. Como forte atitude a oposição política aos Britos, preferiu não utilizar nenhuma das obras realizadas no município. Com o retorno dos Gaudêncios a política, nos leva a pensar que de certa forma, “abalou com as estruturas” políticas dos Britos, pois viam neles possíveis entraves na consolidação e “hegemonia” política nos termos da antiga Comarca.

Segundo Moreira (2012), até 1935 não existia nas duas famílias alguma identidade que de fato comprovasse rivalidade política. Enquanto os Britos exerciam sua influência política em São João do Cariri, os Gaudêncios de forma discreta e sorrateira, fazia de Serra Branca sua nova base para o fortalecimento e ressurgimento na política. Devido as obras de infraestrutura e a identidade

simbólica, São João do Cariri tinha mais ligação com a família Brito. As principais obras realizadas em São João do Cariri enquanto os Britos estavam no poder foram a construção do mercado e do açude público, criação da estrada que liga Boa Vista à Monteiro (a atual BR-412) e a escola 24 de Janeiro, hoje com o nome de Escola Tertuliano de Brito.

Figura 16: Açude Namorado.



São João do Cariri - AÇUDE NAMORADO

D.V.O.P. - Vista da Bacia Hidráulica, 14.3.36

Coleção CARIRI PARAIBANO

Acervo: A.L.Paes-Barreto

Fonte: Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba. Realizações do Governo Argemiro de Figueirêdo, 1938

Fonte: Créditos na imagem.

Figura 17: Casa da família Brito.



Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Almeida.

O Distrito que mais cresceu economicamente na antiga Comarca de São João do Cariri foi Serra Branca. Isso ocorreu devido à forte produção algodoeira. O rígido controle imposto sobre a produção algodoeira em Serra Branca e o mandonismo²⁰ que pairava sobre o Distrito, fazendeiros e pequenos produtores criam laços de dependência. Com o pressuposto de que em Serra Branca não havia nenhuma família que viesse a se opor aos Britos, os Gaudêncios viram nesse distrito a oportunidade de novamente terem o controle político-econômico que estava prestes a nascer em Serra. Paralelo ao crescimento da produção algodoeira, Serra Branca desenvolve o seu comércio com o escoamento do algodão para Campina Grande, movimentando a economia local com a comercialização de produtos manufaturados.

Os Gaudêncios foram os responsáveis pela ascensão do Distrito de Serra Branca. Juntamente com Álvaro Gaudêncio, se destacam os seus irmãos Joaquim Gaudêncio, que era proprietário de um armazém de algodão e o Padre Apolônio Gaudêncio. Pe. Apolônio Gaudêncio, após a sua ordenação eclesiástica em 1926, foi clérigo em São João do Cariri e temia perseguição à sua família decorrente da vitória da Aliança Liberal. No ano de 1931 transfere o Matriz de N.S. dos Milagres de São João do Cariri para o Distrito de Serra Branca. Essa atitude soa em tom desrespeitoso à São João do Cariri, que desde 1750 era a sede religiosa do Cariri paraibano. Um dos motivos dessa transferência foi motivada por perseguição política imposta aos Gaudêncios pelos Britos.

Mesmo com a família Brito no poder em São João do Cariri, não foram capazes de sanar essa atitude do vigário. A principal defesa impetrada por Pe. Apolônio Gaudêncio para manter a transferência da sede da Matriz para o distrito de Serra Branca era o argumento de que São João do Cariri era incapaz de acompanhar o progresso que estava surgindo devido a produção algodoeira e do fortalecimento do comércio no distrito. Tendo também como base o discurso oponente a família Brito, descreviam-nos como seculares vivendo apenas no saudosismo.

²⁰ Exercício do poder por estruturas oligárquicas

Figura 18: Casa da família Gaudêncio.



Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Almeida.

A dinâmica econômica, política e social que antes era em São João do Cariri foi transferida para Serra Branca. Devo destacar que os comerciantes que vinham de Campina Grande à Serra Branca contribuíram para o fortalecimento do comércio no antigo distrito. O mercado público de Serra Branca tinha sido construído em 1920 e que o mercado público de São João do Cariri foi construído onze anos depois, em 1931. Segundo Carvalho (2008), o principal expoente para o crescimento do comércio em Serra Branca foi o comerciante Joaquim de Andrade Gaião, conhecido como o maior comerciante do Cariri nos de 1940 a 1950. Santos (2014), conceitua essas ações como “*metamorfoses do espaço habitado*”.

Com o crescimento da cultura de algodão e do fortalecimento do comércio, Serra Branca ganha sua própria Mesa de Rendas. A produção de algodão e os impostos arrecadados pela Mesa de Rendas em Serra Branca ultrapassou os valores arrecadados por São João do Cariri. Desta forma, os comerciantes de Serra Branca mantinham uma ligação direta com outros comerciantes da Paraíba, que projetou o antigo distrito a se tornar a sede da Comarca.

As rivalidades entre essas famílias eram apenas no campo político. No entanto, o confronto físico ocorreu não em São João do Cariri e nem em Serra Branca, mas no antigo Distrito de São José dos Cordeiros, no dia 20 de Agosto de 1935. Segundo Moreira (2012) em plena campanha eleitoral, caravanas formadas por Britos e Gaudêncios seguiam para o antigo distrito. O encontro serviria como

“acerto de contas”. Os Gaudêncios festejavam o retorno de José Gaudêncio pós exílio em Portugal, motivado pela Revolução de 1930; já os Britos, na figura de Tertuliano, estava prestes a realizar um discurso.

O acirramento que terminou em agressões físicas se deu por conta de alguns partidário dos Gaudêncios que teriam discutido com Líbio de Farias Castro, representante dos Britos em Cordeiros; o discurso inflamado por Tertuliano, em Serra Branca, contra os Gaudêncios, inflamou ainda mais a rivalidade. Segue o relato das agressões físicas ocorridas em Cordeiros:

Durante o discurso de José Gaudêncio, no meio da população, houve gritos de protesto e humilhação contra o orador. Oscar Torreão subiu no palanque para observar quem estava protestando e visualizou Líbio de Farias Castro que de imediato atirou em Oscar, promessa que fizera ao se realizar o encontro entre ambos. O tiro acertou Severino Alves Caluête, que ficou gravemente ferido e não conseguiu sobreviver. Assim, Oscar Torreão, após o susto, correu em perseguição ao Líbio, ao encontrá-lo, segurou-o por trás e apertou o pescoço com os braços. Líbio olhou para trás “com as lágrimas caindo” e disse: “Mata bandido, mas você está matando um homem¹³²”, e assim, Oscar o estrangulou. Com Líbio desfalecido no chão, o vaqueiro de Antero Torreão, chamado Cícero Figueiredo, pegou uma pedra de grande proporção e arremessou contra a cabeça do abatido a esmagando. Os Gaudêncios e os Torreões se refugiaram na casa de Antero Torreão, lugar de onde dispararam contra os Britos. Após um breve intervalo do tiroteio, o professor Pascoal Trocolli, natural da capital paraibana e diretor do Grupo Escolar 24 de Janeiro em São João do Cariri, saiu a rua em grito de protesto contra a morte de Líbio: “Bando de bandido, mataram Líbio, agora atirem aqui, se tiverem coragem, atirem aqui”. No calor do momento, Ascendino Gaudêncio se deslocou da casa de Antero Torreão para a rua e respondeu ao professor: “Saia deste meio que o senhor é um forasteiro, você nem é Brito, nem é Gaudêncio, nem é daqui desta terra”. Como resposta Pascoal disse: “atire aqui bandido!”. Da longa distância das duas casas, Ascendino Gaudêncio apoiou o joelho no chão e disparou ceifando a vida do professor
(MOREIRA, 2012:101).

Como forma de retaliação, partidários dos Britos atearam fogo no armazém de algodão pertencente a Antero Torreão. Segundo a memória dos antigos moradores de São José dos Cordeiros, o fogo ardeu durante três dias. Como medida de segurança, o governo estadual enviou forças policiais de Campina Grande e de Alagoa de Monteiro para São João do Cariri e um destacamento policial que passava por Taperoá para São José dos Cordeiros. Além deste reforço, foi enviado um caminhão com 12 praças para São João do Cariri com o objetivo de manter a paz na região até a realização das eleições.

O período que marca de 1940 a 1945 foi de tranquilidade na política da Comarca de São João do Cariri, sem movimentos violentos ente as famílias Brito e

Gaudêncio. As oligarquias tiveram novamente que se readaptar ao novo sistema emergente do Estado Novo. No início da redemocratização do Estado Novo, tanto Britos quanto Gaudêncios tiveram que reconstruir suas bases políticas. Gaudêncios buscaram autonomia em Serra Branca, enquanto que os Britos permaneciam em São João do Cariri. Os ditames do processo de redemocratização em São João do Cariri não funcionou como deveria, pois ocorriam fraudes nos resultados eleitorais.

Nas eleições de 1947 foi marcada por tiroteios e urnas violadas. O recém empossado governador da Paraíba Oswaldo Trigueiro buscou impor a força do Estado na região. Antes das eleições suplementares, Trigueiro empossou como prefeito de São João do Cariri Genival de Queiroz Torreão. A intenção de Trigueiro era de nomear um partidário político como prefeito para deteriorar a liderança dos Britos e, como garantia de tranquilidade nas eleições suplementares, o governador tomou sérias medidas de segurança com envio de tropas militares.

A briga entre as famílias iniciou a rivalidade entre as cidades de Serra Branca e São João do Cariri. O ideal progressista foi utilizado na construção de uma identidade simbólica que identificaria Serra Branca com a família Gaudêncio. Enquanto São João do Cariri valorizava seu espaço de tradição, Serra Branca valorizou o horizonte de expectativas.

A influência da família Gaudêncio em Serra Branca e a transferência da sede beneficiaria a atuação política da família na região do Cariri paraibano. A mudança da sede não foi pacífica e o discurso do progresso também não foi totalmente aceito. Mesmo Serra Branca sendo reduto dos Gaudêncios, haviam os “fiéis” aos Britos. Na tentativa de retornar à sede da Comarca para São João do Cariri, Tertuliano de Brito, que no momento era Deputado Federal, se utilizou do discurso do passado histórico da “Cidade-Mãe” do Cariri. Moreira (2012), menciona um fato interessante: Álvaro era natural de São João do Cariri e Tertuliano natural de Serra Branca. Em procura manter o poder por meio de suas famílias, não levaram em conta o bem de suas cidades-natal.

A disputa que era primordialmente entre Britos e Gaudêncios, a partir da transferência da Comarca, passou a ser entre Serra Branca e São João do Cariri. A mudança da sede teve relevância para Serra Branca, que foi beneficiada por obras empreendidas pelos Gaudêncios, da mesma forma que São João do Cariri foi beneficiada por obras realizadas enquanto os Britos mantinham o poder sobre a

cidade. Dentre as obras construídas, destacam um grupo escolar, a cadeia pública e o posto de saúde.

A ideia desenvolvimentista de Serra Branca em oposição ao atraso de São João do Cariri incentivava, mesmo sem a vontade dos Gaudêncios, a emancipação política. O forte domínio dos Gaudêncios na década de 1950 contribuiu para a manutenção e o controle político de toda Comarca. Nivaldo de Farias Brito, filho de Tertuliano de Brito, em fevereiro de 1959 elaborou o Projeto de Lei nº30/1959 que tinha a finalidade de criar a Comarca de Serra Branca. O deputado estadual José Afonso Gayoso de Sousa formulou o Projeto de Lei que emancipou o distrito do Congo, que feria o domínio dos Gaudêncios no Cariri.

Assim, em sessão realizada no dia 27 de abril de 1959 Serra Branca foi emancipada como Lei nº 2.065 e a Comarca de São João do Cariri retornou à São João do Cariri. Desta forma, podemos afirmar que São João do Cariri é fruto do simbolismo marcado pela cultura histórica da tradição, da valorização da experiência e pelo fato de ser uma das cidades mais antigas da Paraíba. Serra Branca nasceu com um ideal progressista projetado pelos Gaudêncios. Uma análise no quadro quantitativo populacional do IBGE (2018), comparamos o número da população dos dois municípios:

Tabela 5: Quadro comparativo populacional

SÃO JOÃO DO CARIRI	SERRA BRANCA
POPULAÇÃO ESTIMADA (2018): 4.313 hab.	POPULAÇÃO ESTIMADA (2018): 13.630 hab.
POPULAÇÃO (CENSO 2010): 4.344 hab.	POPULAÇÃO (CENSO 2010): 12.973
DENSIDADE DEMOGRÁFICA (2018): 6,65 hab./km ²	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (2018): 18,89 hab./km ²

Fonte: IBGE, 2018. Adaptado por José Hornyhelthow (2019).
Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 02 de Maio de 2019.

4. O LEGADO RELIGIOSO EM SÃO JOÃO DO CARIRI

Na construção da identidade simbólica e material de São João do Cariri, é indispensável relatar o seu legado religioso. Reforçando o pensamento já citado nesse trabalho, São João do Cariri, desde o início do seu povoamento, tem três fortes inclinações, a saber: a pecuária, a forte inclinação à política e o legado religioso. Este último acompanha a cidade desde a criação da Freguesia de N.S. dos Milagres em 1750 até nossos dias e é representado pela tradicional festa de padroeira da cidade, a santa que deu nome à Freguesia.

A festa se realiza anualmente no mês de setembro, tendo sua origem por aqueles jesuítas que trouxeram essa devoção ao Cariri. Parafraseando Dom Jaime Vieira Rocha, “*qual cidade, povoado ou pequena comunidade do nosso Brasil não teve uma capelinha ou uma igreja como ponto de partida para o seu desenvolvimento?*” (ROCHA, 2007, apud RIETVELD 2009). Em São João do Cariri, o primeiro padre de sua Freguesia foi Luiz Cunha, que administrou dos anos de 1746 até 1759.

Da paróquia de Nossa Senhora dos Milagres nasceram boa parte das igrejas do Cariri paraibano e a maior parte das igrejas que formam a Diocese de Campina Grande. A antiga jurisdição da Freguesia de N.S. dos Milagres abrangia uma área muito maior do que corresponde atualmente. Limitava-se com ao norte com o Rio Grande do Norte; ao leste com a Freguesia de Pilar e a Freguesia de N.S. da Conceição de Campina Grande; ao oeste, limitava-se com a região da Espinharas e ao sul com o Estado do Pernambuco.

O catolicismo não chegou no Cariri somente com os jesuítas, mas primeiramente por meio dos colonizadores europeus. No princípio da igreja no antigo território que compreendia a Freguesia e a Paróquia de N.S. dos Milagres, o catolicismo praticado foi desenvolvido em um ambiente praticamente leigo e com mescla das etnias europeias, africana e indígena. O tipo europeu que colonizou o Cariri era o ibérico, de ascendência judia e muçulmana, miscigenado. Esse catolicismo, “místico”, rústico e miscigenado recebeu o nome de Catolicismo Moreno, que nasce em um ambiente marcado por fortes experiências, acentuadas no campo simbólico ou no material.

A Paróquia de N.S. dos Milagres foi a primeira Freguesia do Planalto da Borborema que ao redor dela foi articulado o princípio do poder político territorial e regional no Cariri. Constituída em 03 de Abril de 1750, por decreto do Bispo de

Olinda e Recife D. Luiz de Santa Teresa. Em relação à Paróquia, nasceu por dois motivos: o primeiro, como ação missionária dos jesuítas, objetivando a evangelização, proteção dos indígenas e a assistência religiosa nesse termo central do território paraibano, pois só haviam igrejas na parte litorânea e uma freguesia que nascia no sertão, que foi a Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pombal em 1698. O segundo motivo era mais político-administrativo-territorial. Devemos recordar que o estado português, em relação à Igreja, funcionava no sistema de padroado. Nesse sistema, o estado era o responsável pela criação de igrejas e que a freguesia funcionava em sobreposição à jurisdição da paróquia (RIETVELD, 2016). Esta funcionava não apenas com objetivos para fins religiosos, atuava também com fins de efeito civil.

Figura 19: Santuário Diocesano de Nossa Senhora dos Milagres.



Fonte: PASCUM, 2018.

A escolha da atual localidade de São João do Cariri para criação da primeira paróquia do Planalto da Borborema estar associado a fundação da igreja matriz de Nossa Senhora dos Milagres que nascia nas mediações do Sítio Cariri. Segundo a tradição oral dos são-joãoenses, a escolha do local para edificação da igreja se deu por disputas entres fazendeiros, que pleiteavam para suas terras, onde seria edificada. Não chegando a um consenso, decidiram partir cada um de um ponto diferente, em que um subia e o outro descia o curso do Rio Taperoá. O local onde se encontrassem, seria ali edificada a igreja.

Os padres que administravam a paróquia de N.S dos Milagres eram seculares ou diocesanos e estavam submetidas a coroa portuguesa pelo domínio de Padroado e desempenhavam várias atividades vivendo junto aos leigos, além de exercerem variadas formas de apostolados. Os padres seculares ou diocesanos se diferenciam dos padres religiosos nos seguintes fatores: enquanto que os primeiros (diocesanos), pertencem a uma diocese e estão sob os cuidados e orientações de um bispo diocesano, tem por objetivo e missão o desempenho de suas funções numa paróquia. Já o segundo grupo (religiosos), antes do sacerdócio, assumem sua vocação à uma vida religiosa consagrada, realizando votos de pobreza, obediência e castidade, estando diretamente ligados à Ordem religiosa a qual pertencem.

Como vimos, aos padres seculares eram assegurada a administração eclesiástica, não tinham apoio de nenhuma ordem religiosa e tinham que se preocupar com a própria sobrevivência. Sobre a formação religiosa desses padres, antes da lei de Pombal, estudavam nos seminários ou colégio dos jesuítas. Depois do Decreto de Pombal e a expulsão dos jesuítas, a educação e formação desses padres passou por um momento delicado. A situação veio a melhorar após a criação do Seminário de Olinda, em 1800. O ensino do Seminário de Olinda era voltado para realidade brasileira que, no seu currículo de formação, adotara uma metodologia até então incomum na formação religiosa dos padres, que pretendia atender não somente as necessidades espirituais: eram estudados conteúdos agrícolas e de história natural, procurando de certa forma, um progresso da população.

A principal paróquia desmembrada de São João do Cariri foi a Freguesia de N.S. da Conceição de Campina Grande, em 08 de Dezembro de 1769. Após esse acontecimento, o território de abrangência da Paróquia em São João do Cariri é reduzido e os termos outrora compreendidos da Freguesia de N.S. dos Milagres passam à jurisdição da Freguesia de Campina Grande.

Tabela 6: Capelas da Paróquia de São João do Cariri

	LOCALIDADE	FAZENDA	ORATÓRIO PRIVADO	IGREJA/CAPELA
1	Parari (Pombas)	-	-	1753
2	Olivedos	-	-	1772
3	Congo	-	-	1775
4	Caraúbas	-	-	1775
5	Cabaceiras	-	-	1780
6	Monteiro	-	-	1800
7	Pocinhos	-	-	1815
8	Sumé	1782	-	1819
9	Boa Vista	1782	-	1838
10	Santa Maria Madalena (Teixeira)	1838	-	1841
11	Santa Clara	1837	-	1863
12	Gurjão (Timbaúba)	1846	1852	1864
13	S.J. dos Cordeiros	1775	1860	1864
14	Serra Branca	1777	1852	1864
15	Taperoá (Batalhão)	1777	1851	1864
16	Soledade	-	1861	1869
17	Jericó (Serra Branca)	-	-	1873
18	S.S. do Umbuzeiro	1838	1859	1873
19	Ouro Velho (Boi Velho)	1841	1859	1886
20	Prata	1838	1860	1895
21	S.J. do Tigre	1841	-	1895
22	Coxixola	1837	1857	1910
23	Santo André	1775	1852	1911
24	Juazeiro	1850	1858	1914
25	Pindurão	1867	-	1928
26	Junco	1847	-	1940
27	Amparo	1777	1858	1942
28	Zabelê	1788	1857	1949
29	Tenório	-	1908	1963

Fonte: RIETVELD, 2016. Adaptado por José Hornyhelthow (2019). As datas referentes nesta tabela fazem referência a primeira vez que o lugar foi citado, encontrado nos livros de batismos.

A diferença entre um oratório privado e uma igreja/capela pública diz respeito a participação dos fiéis e o culto a ser exercido em cada uma delas. O oratório ou igreja/capela privada pertenciam a uma família, que poderia ou não, conceder ou permitir que outros fiéis participassem do culto. Entretanto, os oratórios ou igrejas/capelas públicas eram erguidas com o direito e reconhecimento de que todos os fiéis daquela comunidade participassem do culto divino que ali era realizado. Na tabela apresentada acima, consta apenas o local onde havia um

oratório privado. Na fonte bibliográfica consultada (RIETVELD, 2016), não consta o nome do proprietário, somente o local.

O poder e a influência da igreja não centrava apenas no contexto religioso. Rietveld (2016), expressa que a função a igreja também era envolto do contexto político local. Em períodos de eleições provinciais a igreja servia como colégio eleitoral. O pároco era um dos responsáveis pela elaboração da lista de votantes qualificados e presidia as eleições em conjunto com o delegado e juiz. Dessa forma a paróquia, na forma do prédio da igreja, executava uma de suas funções políticas designando um setor para fins eleitorais.

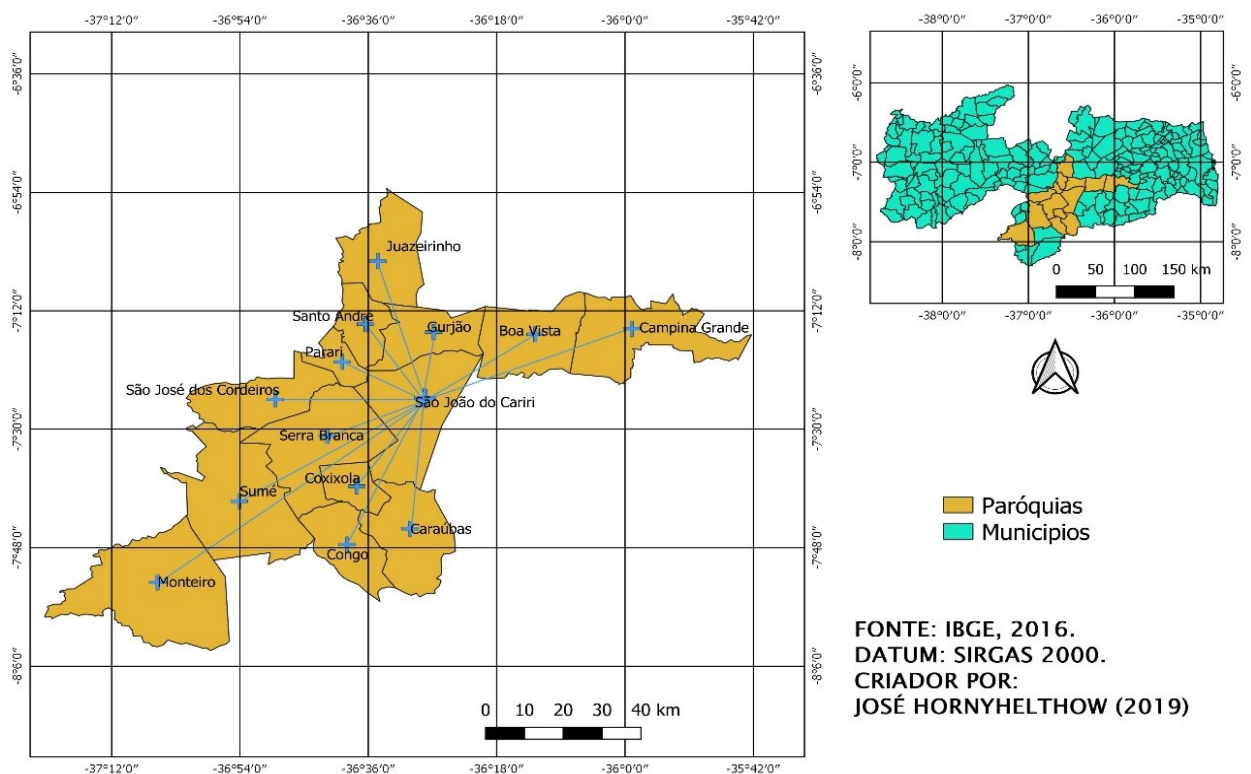
A paróquia de N.S. dos Milagres e a cidade de São João do Cariri perderam posição de destaque no Séc. XX quando a sede da matriz foi transferida para cidade de Serra Branca, que vinha crescendo graças a produção algodoeira. A mudança da sede da Paróquia ocorreu no dia 02 de Janeiro de 1931 e a antiga Paróquia de N.S. dos Milagres permaneceu em Serra Branca até 1997. Em um trabalho realizado por Pe. Valdir Campelo, descrevendo a importância da Paróquia e da cidade de São João do Cariri no contexto da formação territorial do Cariri paraibano, conforme Rietveld (2016), a Paróquia foi restaurada a sua cidade de origem em 07 de Setembro de 1997, por decreto de D. Luiz Gonzaga Fernandes, então Bispo da Diocese de Campina Grande.

4.1 A FESTA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES

A Festa de Padroeira em São João do Cariri é um importante símbolo material e imaterial que a cidade detém como reflexo de sua primazia no Cariri paraibano. Essa festividade se caracteriza como testemunho dos momentos “áureos” de São João do Cariri. Em seu contexto, a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres torna-se um centro de convergência, onde os fiéis devotos de Nossa Senhora dos Milagres refazem os passos dos seus antepassados, quando as relações do sagrado e profano, executadas neste espaço, torna-se sacro em função dessa manifestação religiosa. O território religioso apresenta-se como estratégia geográfica, onde os espaços apropriados pela igreja em função da festividade demonstra o poder e influência que as instituições religiosas (neste caso, representado pela Igreja Católica em São João do Cariri - PB) detém sobre o espaço.

Oliveira (2009), enfatizou que a ligação entre território e religião ocorre de forma inerente em função do simbolismo religioso. Este simbolismo procura desenvolver alternativas para manter o seu poder sob as relações decorrentes das experiências religiosas, que correspondem a verdadeiras formas de preservar e manter a sua existência. Nesse caso, a igreja se apresenta como uma organização de ordem política objetivando sua manutenção, hierarquia e propagação. Destarte, Rosendahl (2018), descreve que a espacialidade do sagrado traduz-se em lógicas locais de suas formas espaciais. Em São João do Cariri, isso se traduz ao surgimento do núcleo populacional em torno da igreja.

Figura 20: Algumas das paróquias que surgiram da Igreja de N.S. dos Milagres.



Fonte: Rietveld, 2016. Adaptado por: José Hornyhelthow (2019).

Outro ponto importante nessa festividade de padroeira em São João do Cariri é o último dia do evento. Neste dia que culmina na procissão da imagem de N.S. dos Milagres pelas ruas da cidade, percebemos que o simbolismo do sagrado ainda é uma forte marca do passado em São João do Cariri. Segundo Rosendahl (2018) procissão na Geografia se traduz como um grupo de pessoas reunidas em função de algo comum, em que o objetivo é sentir e viver o sagrado no espaço

Trata-se de uma experiência adquirida em uma espacialidade específica. A imagem da padroeira de São João do Cariri peregrina nas cidades e paróquias que outrora pertenciam a antiga cidade, tornando assim uma mobilidade do sagrado. Os padrões de transformações espaciais impostas pelas atividades religiosas, maior ou menor impressão no espaço, estão fortemente relacionados com os aspectos culturais da comunidade. A difusão da fé torna-se particularmente importante para a geografia ao se refletir sobre a ação missionária de expansão de ideias e condicionamentos simbólicos.

O Capital Simbólico da festa de padroeiro está associado à representação da família e do subjetivismo da fé. É na Festa do Setembro o momento de encontros e reencontros familiares, amigos e conhecidos que se utilizam do simbolismo religioso para convergirem à São João do Cariri. Essa prática é originária desde os primeiros momentos de povoação da cidade, quando aqueles que residiam na zona rural ou em outros lugares da antiga freguesia peregrinam à matriz de N.S. dos Milagres nos dias festivos. Assim, em São João do Cariri o imaginário e simbólico da fé é exercido pelo devoto em função do espaço sagrado, o que podemos chamá-lo de *Homo Religiosus*. No ano de 2009, a Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres foi elevada à Categoria de Santuário Diocesano, em função de sua representatividade religiosa que desempenha no Cariri paraibano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentamos na introdução, o presente trabalho procurou atender aos objetivos que foram propostos. No primeiro momento, constatamos quais fatores contribuíram para o início de sua formação e expansão territorial, que estão relacionados com o caminho percorrido ao longo dos rios Taperoá e Paraíba, os currais e o caminho do gado para o Sertão. Em função do surgimento dos primeiros núcleos populacionais, observamos a instalação da Igreja Católica e a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres no Planalto da Borborema, resultaram à uma estrutura política-administrativa que era sobreposta a jurisdição de uma Freguesia.

Esses fatores condicionaram para que o antigo território de influência da Freguesia de N.S. dos Milagres atingisse 1/3 do território paraibano. Posteriormente, elevada a Julgado, Vila e Comarca. Analisamos que o seu decréscimo, tendo em vista que a cidade de São João do Cariri se apresentava como território com promissor desenvolvimento, decresceu à medida que perdendo território em face de outros municípios que foram surgindo. Observamos que no período republicano (do início até a metade do primeiro século desse período), a disputa político-partidária entre as famílias Brito e Gaudêncio caracterizaram, de certa forma, para o decréscimo do município.

Constatamos que o espaço geográfico é o produto das dimensões constituintes das práticas humanas. Neste trabalho, analisamos que o início do povoamento está associado as Cartas de Sesmarias, o que favoreceu não somente o surgimento de São João do Cariri, mas serviu como porta para desbravar terras até então desconhecidas do colono português. Nessa tarefa, também constatamos a força empregada pelo poder bélico do português em face do desprovimento indígena.

Vimos que o papel da Igreja Católica se constituiu numa estrutura organizada que, além de introduzir uma nova religião, organizou e moldou um espaço territorial, que conhecemos hoje por Cariri paraibano. Mesmo com a exaltação do poder político-administrativo, desde o período imperial adentrando à república, o poder e influência religiosa mostra-se como o resquício de uma cidade politicamente influente que acabou por não se realizar. A festa de Nossa Senhora dos Milagres, padroeira de São João do Cariri, continua sendo a principal força do

município. Ela consegue atrair pessoas de várias partes do Cariri, da Paraíba e emigrantes que retornam exclusivamente para a festa motivados pelo simbolismo da fé. É inegável que o aporte econômico da cidade é movimentado no mês de setembro em função desta atividade religiosa, que é a principal festa de padroeiro da região do Cariri.

Diante desses fatores, a Cidade-Mãe do Cariri tem um forte potencial para o turismo histórico/religioso. Em nossas ruas, encontramos um belo acervo arquitetônico e cultural que ainda se mantém preservado, que remonta aos tempos do período imperial. Na zona rural, o município possui sítios arqueológicos, a exemplo da Muralha do Meio do Mundo, localizado no sítio Picoito; Serrote dos Letreiros; Lajedo do Eliseu; Pedra do Jacó e o Serrote da Macambira. Atualmente, sua área de preservação ambiental, no sítio Santa Clara, faz parte da área geoambiental Geoparque do Cariri, que incorpora os municípios de Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras e São João do Cariri. Agregar o turismo histórico/religioso, arqueológico e o geoambiental à economia pode reativar o potencial econômico e simbólico do município, precipitando um novo momento de desenvolvimento político-econômico de São João do Cariri.

Portanto, este trabalho visou estimular o debate acadêmico com vistas de que o desenvolvimento econômico do município de São João do Cariri tem potencial a ser trabalhado, tendo como principal referência a tradicional festa Nossa Senhora dos Milagres. Este trabalho pretendeu contribuir para as futuras pesquisas no que diz respeito às produções na área da Geografia Histórica ou da Geohistória, como também surgiu da necessidade de realizar o resgate da História do município de São João do Cariri que por alguns tem sido esquecida e que faço este trabalho de remontar as nossas origens. Viva a Cidade-Mãe!

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Elpídio. **História de Campina Grande**. – 2ª ed. – Campina Grande : UFPB, 1979. 424p. (Coleção Documentos Paraibanos; nº 8).
- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Editora Universitária/UFPB. Vol. 1 – João Pessoa, 1978.
- ANTONIO FILHO, Fidel David. **Sobre a palavra “Sertão”: origens, significados, e usos no Brasil (do ponto de vista da Ciência Geográfica)**. Ciência Geográfica, Bauru – XV, Vol. XV – (1): Janeiro/Dezembro – 2011, p. 84-87.
- AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida: Santuário, 2008.
- BARROS LEIRA, Flauber. **Travessia Cariri – História, Genealogia e Cultura da Villa Real de São João e da antiga Freguesia do Cariri de Fora**. Disponível em <https://flauberbarros.wixsite.com/travessiacariri/post/buscando-as-origens-do-sítio-são-joão>. Acesso em 05 de Jun. de 2019.
- CÂMARA, Epaminondas. **Municípios e freguesias da Paraíba**. Campina Grande: Caravela, 1997.
- CAVALCANTE, Eduardo de Queiroz. **Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano (São João do Cariri/1850-1872)** / Eduardo de Queiroz Cavalcante. - João Pessoa, 2015.
- COSTA E SILVA, Genny da. **Sesmeiros da Paraíba**. Com uma introdução por José Antônio Gonçalves de Melo. João Pessoa – Departamento Cultural da Universidade Federal da Paraíba, 1965.
- DOZENA, Alessandro; DANTAS, Eugênia Maria. **Espaço-Tempo: Enredos entre a Geografia e História** [recurso eletrônico] /Organizado por Alessandro Dozena e Eugênia Maria Dantas Natal: EDUFRN, 2016.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**; Tradução Rogério Fernandes. – São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HAESBAERT, Rogério. **Identidades territoriais**. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.
- HOORNAERT, Eduardo. **O Cristianismo moreno do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018. **IBGE Cidades**. < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-joao-do-cariri/panorama>> Acesso em 05 de jun. de 2019.

KRAISCH, Adriana Machado Pimentel de Oliveira. **ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN.** Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais. Acesso em 05 de mai. de 2019.

LEAL, José. **Vale de Travessia.** 2ª Edição. – Editora e Gráfica Santa Fé: Campina Grande-PB, 1993.

LEAL, José. **Reencontro da Vila.** – João Pessoa : UFPB, 1961. 145p.

LIMA, Idelbrando Alves de. **Religiosidade na Parahyba Colonial: o trabalho da catequese franciscana entre os nativos.** João Pessoa: FCJA / A UNIÃO, 2010.

MEDEIROS, Coriolano de. **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba.** Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950, 2ª edição, p. 233.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora.** São Paulo, 1990. ISBN: 85-85267-02-X.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. **Ramificações Genealógicas do Cariri Paraibano.** Brasília: CEGRAF, 1989.

MELO, José Octávio de A.; RODRIGUES, Gonzaga. **PARAÍBA: Conquista, patrimônio e povo.** Org.: José Otávio, Gonzaga Rodrigues. – 2ª ed. – João Pessoa: Edições Grafset, s.d. ISBN: 85-85645-04-3.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015).** / José Marciano Monteiro. Campina Grande – PB, 2016. 289 f., il. color.

MOREIRA, Márcio Macêdo. **Entre Britos e Gaudêncios: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960)** / Márcio Macêdo Moreira. - João Pessoa, 2012. 221f. : il. Orientador: Paulo Giovani Antonino Nunes Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

OLIVEIRA, Petrúcio Clécio Alves de. **Festa de Nossa Senhora dos Milagres: análise Geohistórica de uma manifestação religiosa e seus reflexos na cidade de São João do Cariri-PB.** Monografia de Graduação em Licenciatura Plena em Geografia. UEPB / CEDUC / DHG. Campina Grande – PB, 2009.

PEQUENO FILHO, José de Sousa. **Escravidão e formação histórica de São João do Cariri 1783-1843** / José de Sousa Pequeno Filho. – Campina Grande, 2014. 305 f.: il. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.

PEREIRA, Daniel Duarte. **Cariris paraibanos: do sesmarialismo aos assentamentos de reforma agrária. Raízes da desertificação?** / Daniel Duarte

Pereira. Campina Grande, 2008.341 p. : il. Color.Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia Recursos Naturais.

PEREIRA, Geovania de Farias. **Igreja de Nossa Senhora dos Milagres como Patrimônio Histórico**. Monografia de Graduação. UEPB/CEDUC/DHG. Campina Grande-PB, 2006.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. Vol. 2. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1908.

PIZARRO, José de Souza Azevedo. **Memórias históricas do Rio de Janeiro**. Volume 8. Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

RIETVELD, Pe. João Jorge. **Aspectos históricos do catolicismo no Sul do Cariri**. Pe. João Jorge Rietveld – Campina Grande: Erik M.F. Brito, editor, 2015.

RIETVELD, Pe. João Jorge. **ESTUDOS DO SEMINÁRIO: Apanhados da História Eclesiástica da Diocese de Campina Grande (1639-2009)**. Org. José Nilton Conserva; - Pe. João Jorge Rietveld – João Pessoa: Editora Imprell, 2009.

RIETVELD, Pe. João Jorge. **O antigo termo de Cabaceiras: artigos históricos / Pe. João Jorge Rietveld**. – Campina Grande: Gráfica Cópias e Papeis, 2017. ISBN: 978-85-93474-09-5

RIETVELD, Pe. João Jorge. **O verde do Juazeiro: Catolicismo em Juazeirinho e norte do Cariri**. 2ª Edição. Campina Grande: Erik Brito Editor / Cópias & Papéis, 2016.

ROCHA, Solange P.; GUIMARÃES, Matheus Silveira. **Experiências históricas da gente negra na diáspora africana: Paraíba colonial e imperial / Solange P. Rocha, Matheus Silveira Guimarães (Organizadores) ; prefaciado por Petrônio Domingues**. - João Pessoa: Editora UFPB, 2018. 372 p. : il. – (Travessias atlânticas e a Paraíba afro - diaspórica ; 1).

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.

ROSENDAHL, Zeny. **Hierópolis: o sagrado e o urbano**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

ROSENDAHL, Zeny. **O Sagrado e o Espaço**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, P. C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. – 2º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ROSENDAHL, Zeny. **Uma procissão na geografia / Zeny Rosendahl, organização**. – Rio de Janeiro : EdUERJ, 2018. 408 p. ; 11x19 cm. ISBN 978-85-7511-467-4.

SILVA FILHO, Lino Gomes da. **Síntese histórica de Campina Grande 1670-1963**. Campina Grande: Grafiset, 2005.

SILVA FILHO, Severino Barbosa da. **Marranos na Ribeira do Parahyba do Norte.** Campina Grande: Agenda, 2005.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia** / Milton Santos; em colaboração com Denise Elias. – 6. Ed. 2. Reimp. –São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 132 p.

TAVARES, João de Lira. **Apontamentos para História Territorial da Parahyba.** Edição Fac-similar. Coleção Mossoroense. Vol. CDXXIII, 1989.

APÊNDICE

Mercado Público Municipal. Atual Museu do IHGC.



Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Almeida.

Rua Dr. Aprígio Brandão. Local onde funcionou o antigo colégio Dr. Brandão. Segundo a história local e oral, funcionava no terceiro prédio da direita pra esquerda.



Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Almeida.

Rua 7 de Setembro, largo da Matriz.



Fonte: Arquivo pessoal de Lázaro Farias

Visão panorâmica de São João do Cariri.



Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Almeida.

Sobrado dos Árabes. Atual sede do IHGC.



Arquivo pessoal de Marcelo Nóbrega.

Fiéis em procissão na festa de N.S. dos Milagres.



Fonte: Pascom, 2019.

“Totem” da Marulha do Meio do Mundo. Sítio Picoito, São João do Cariri.



Arquivo pessoal de Francisco Almeida.

Pintura rupestre na Muralha do Meio do Mundo, segundo a Tradição Agreste.



Fonte: Pereira, 2009

Sobrado Dr. Mingú. Prédio onde funcionou a primeira prefeitura de São João do Cariri.



Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Almeida.

Escola Dep. Tertuliano de Brito. Antigo Colégio 24 de Janeiro.



Fonte: Falcetti, 2016.

Sobrado da Família Costa Romeu. São João do Cariri - PB.



Fonte: Valdezir, 2017.

LIMITES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI

Art. 1º

Os limites municipais de SÃO JOÃO DO CARIRI passam a ter as seguintes descrições:

I - A Leste com o MUNICÍPIO DE CABACEIRAS. Começa na Rodovia BR-412, limite com o município de Boa Vista, no Marco M-PB-0571 (1) de coordenadas, Latitude - 7º18'28,5" e Longitude -36º19'51,4", seguindo-se por linha reta, com azimute de 212º39'28,2", por uma distância de 22.317m até chegar na Foz do Riacho Macambira, no Riacho Algoduais, no Marco M-PB-0449 (2) de coordenadas, Latitude -7º28'40,2" e Longitude -36º26'24".

II - A Leste com o MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO CARIRI. Começa na Foz do Riacho Macambira, no Riacho Algoduais, no Marco M-PB-044 9 (2) de coordenadas, Latitude -7º28'40,2" e Longitude -36º26'24", seguindo-se por linha reta, com azimute de 192º13'35,3", por uma distância de 19.829m até chegar na foz do Riacho Cachoeirinha, no Riacho Salgadinho, no Marco M-PB-0456 (3) de coordenadas, Latitude -7º39'11,1" e Longitude -36º28'41".

III - Ao Sul com o MUNICÍPIO DE CARAÚBAS. Começa na foz do Riacho Cachoeirinha, no Riacho Salgadinho, no Marco M-PB-0456 (3) de coordenadas, Latitude - 7º39'11,1" e Longitude -36º28'41", seguindo-se pelo Riacho da Cachoeirinha, a montante, por uma distância de 3.706m até chegar na foz do Riacho das Cacimbas, no Riacho da Cachoeirinha, no Marco M-PB-0839 (4) de coordenadas, Latitude -7º37'56,4" e Longitude -36º29'44, 9", seguindo-se pelo Riacho das Cacimbas, a montante, por uma distância de 7.629m até chegar na foz do Riacho Tanque Raso, no Riacho das Cacimbas, no Marco M-PB-0838 (5) de coordenadas, Latitude - 7º38'5,6" e Longitude -36º33'5,7", seguindo-se pelo Riacho Tanque Raso, a montante, por uma distância de 174m até chegar no encontro da Estrada Cacimbas - Coxixola com o Riacho Tanque Raso, na Localidade Cacimbas, no Marco M-PB-0837 (6) de coordenadas, Latitude -7º38'0,9" e Longitude -36º33'4,3", seguindo-se pela Estrada Cacimbas - Coxixola, em sentido oeste, por uma distância de 4.980 m até chegar no cruzamento do Riacho das Cacimbas com a Estrada Coxixola - Caraúbas, no Marco M-PB-0231 (7) de coordenadas, Latitude 7º38'6,6" e Longitude -36º35'17".

IV - À Oeste com o MUNICÍPIO DE COXIXOLA. Começa no cruzamento do Riacho das Cacimbas com a Estrada Coxixola - Caraúbas, no Marco M-PB-0231 (7) de coordenadas, Latitude $-7^{\circ}38'6,6''$ e Longitude $-36^{\circ}35'17''$, seguindo-se por linha reta, com azimute de $348^{\circ}6'5,6''$, por uma distância de 5.808m até chegar no Pico da Serra das Aroeiras, no Marco M-PB-0230 (8) de coordenadas, Latitude $-7^{\circ}35'1,6''$ e Longitude $-36^{\circ}35'56,1''$.

V - À Oeste com o MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA. Começa no Pico da Serra das Aroeiras, no Marco M-PB-0230 (8) de coordenadas, Latitude $-7^{\circ}35'1,6''$ e Longitude $-36^{\circ}35'56,1''$, seguindo-se por linha reta, com azimute de $50^{\circ}59'41,2''$, por uma distância de 9.773m até chegar na nascente do Riacho do Farias, na Localidade Lagoa da Serra, no Marco M-PB-0835 (9) de coordenadas, Latitude $-7^{\circ}31'41,3''$ e Longitude $-36^{\circ}31'48,3''$, seguindo-se por linha reta, com azimute de $323^{\circ}36'59,5''$, por uma distância de 18.583m até chegar no cruzamento do Riacho Quixaba com a Rodovia PB-148, no Marco M-PB-0292 (10) de coordenadas, Latitude $-7^{\circ}23'34,3''$ e Longitude $-36^{\circ}37'47,8''$.

VI - À Oeste com o MUNICÍPIO DE PARARI. Começa no cruzamento do Riacho Quixaba com a Rodovia PB-148, no Marco M-PB-0292 (10) de coordenadas, Latitude $-7^{\circ}23'34,3''$ e Longitude $-36^{\circ}37'47,8''$, seguindo-se pelo Riacho Quixaba, a jusante, por uma distância de 4.438m até chegar na Foz do Riacho Midubim, no Riacho Quixaba, no Marco M-PB-

0286 (11) de coordenadas, Latitude $-7^{\circ}22'40,4''$ e Longitude $-36^{\circ}36'3,8''$, seguindo-se por linha reta, com azimute de $0^{\circ}0'23,9''$, por uma distância de 2.842m até chegar na foz do Rio dos Cordeiros, no Rio Taperoá, nas proximidades do Sítio Poço do Rancho, no Marco M-PB-0285 (12) de coordenadas, Latitude $-7^{\circ}21'7,9''$ e Longitude $-36^{\circ}36'3,8''$.

VII - Ao Norte com o MUNICÍPIO DE GURJÃO. Começa na foz do Rio dos Cordeiros, no Rio Taperoá, nas proximidades do Sítio Poço do Rancho, no Marco M-PB-0285 (12) de coordenadas, Latitude $-7^{\circ}21'7,9''$ e Longitude $-36^{\circ}36'3,8''$, seguindo-se por linha reta, com azimute de $88^{\circ}31'58,7''$, por uma distância de 8.300m até chegar no Pico do Serrote Pedra D'Água, no Marco M-PB-0704 (13) de coordenadas, Latitude $-7^{\circ}21'1''$ e Longitude $-36^{\circ}31'33,2''$, seguindo-se pela linha de cumeada do Serrote Pedra D'Água e pela divisão da propriedade Ponta da Serra, em sentido nordeste, por uma distância de 9.301m até chegar no limite da propriedade Ponta da Serra, no Marco

M-PB-0703 (14) de coordenadas, Latitude $-7^{\circ}18'53,7''$ e Longitude $-36^{\circ}28'24,1''$, seguindo-se por linha reta, com azimute de $80^{\circ}58'30,6''$, por uma distância de 2.104m até chegar no baldo do Açude João Medeiros, no Marco M-PB-0701 (15) de coordenadas, Latitude $-7^{\circ}18'43''$ e Longitude $-36^{\circ}27'16,4''$, seguindo-se pela Estrada Malhada da Roça - Sítio Caifáz, em sentido leste, por uma distância de 7.735m até chegar no cruzamento do Rio Soledade com a Estrada Malhada da Roça - Sítio Caifáz, no Marco M-PB-0700 (16) de coordenadas, Latitude $-7^{\circ}18'9,8''$ e Longitude $-36^{\circ}23'37,9''$, seguindo-se pelo Rio Soledade, a montante, por uma distância de 1.795m até chegar no encontro do Rio Soledade com a Estrada Sítio Pombo - Rodovia BR-412, no Marco M-PB-0699 (17) de coordenadas, Latitude $-7^{\circ}17'47,1''$ e Longitude $-36^{\circ}22'55,9''$, seguindo-se pela Estrada Sítio Pombo - Rodovia BR-412, em sentido sudeste, por uma distância de 4.874m até chegar no encontro da Estrada Sítio Pombo - Rodovia BR-412 com a Rodovia BR-412, no Marco M-PB-0698 (18) de coordenadas, Latitude $-7^{\circ}18'49,3''$ e Longitude $-36^{\circ}20'47,7''$, seguindo-se pela Rodovia BR-412, em sentido nordeste, por uma distância de 1.892m até chegar no ponto inicial deste descritivo.

Parágrafo único.

Pelo presente memorial, cuja planta é parte integrante, o MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI, possui dimensões aproximadas de 136,1km de perímetro e 612,9km² de área.

Fonte: **Diário Oficial do Estado da Paraíba, Nº 16.775**. João Pessoa – PB, 29 de Dezembro de 2018. Disponível em <<https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/2018/dezembro/diario-oficial-29-12-2018-total.pdf>>. Acesso em 18 de Junho de 2019.